

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

**JULIANA FERREIRA DE SOUSA**

**“CAPITAL DO LEITE”**: as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de  
São Francisco do Brejão/MA

IMPERATRIZ

2019

JULIANA FERREIRA DE SOUSA

**“CAPITAL DO LEITE”**: as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de  
São Francisco do Brejão/MA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira

IMPERATRIZ

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Juliana Ferreira de.

Capital do leite : as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA / Juliana Ferreira de Sousa. - 2019.

78 p.

Orientador(a): Alexandre Peixoto Faria Nogueira.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz/MA, 2019.

1. Cadeia Produtiva. 2. Produção Leiteira. 3. Relações de Trabalho. I. Nogueira, Alexandre Peixoto Faria. II. Título.

JULIANA FERREIRA DE SOUSA

**“CAPITAL DO LEITE”**: as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de  
São Francisco do Brejão/MA

Monografia apresentada ao curso de Graduação em  
Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal  
do Maranhão, como requisito parcial para a obtenção do  
título de licenciada.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Alexandre Peixoto Faria Nogueira  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Profa. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

---

Prof. Dr. Agnaldo José da Silva  
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

IMPERATRIZ

2019

*Numa tarde bem tristonha  
Gado muge sem parar  
Lamentando seu vaqueiro  
Que não vem mais aboiar  
Não vem mais aboiar  
Tão dolente a cantar  
Tengo, lengo, tengo, lengo,  
tengo, lengo, tengo  
Ei, gado, oi  
Bom vaqueiro nordestino  
Morre sem deixar tostão  
O seu nome é esquecido  
Nas quebradas do sertão  
Nunca mais ouvirão  
Seu cantar, meu irmão*

*Música: A morte do vaqueiro  
Composição: Luiz Gonzaga e Nelson Barbalho (1963)*

## AGRADECIMENTOS

As caminhadas da vida nunca são feitas individualmente, sempre são formadas por lugares e pessoas que fazem com que essa trajetória se torne mais especial e menos dolorosa. Pessoas essas que nos indicam caminhos e nos dão apoio.

Dessa forma...

Agradeço a Deus, por ter proporcionado a realização de um sonho. À minha família que ao longo desse percurso não mediu esforços para me ajudar, especialmente a minha mãe, Sueli Cereja, uma figura feminina excepcional que desde a minha infância tem um papel fundamental na minha formação escolar e humana que junto aos seus gestos de amor me transformaram em uma mulher mais forte. Ao meu pai, José Francisco, que sempre me apoiou nessa jornada, assim como, minha irmã, Nathalia Bezerra, meu sobrinho, Felipe Bezerra, e meu cunhado, Eduardo Bezerra. E meus cachorros que sempre me dão muito carinho, Pingo, Branquinho, Menina e Guete.

Agradeço também ao meu namorado Wemerson de Carvalho que sempre esteve ao meu lado nessa jornada fazendo com que tudo se tornasse mais leve e tranquilo com seu amor, atenção e companheirismo.

Ao meu amigo querido John Jamerson que me proporciona diariamente momentos felizes e de reflexão, a nossa amizade fez com que a gente crescesse muito em vários aspectos da vida.

À Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialmente aos meus colegas de turma 2014.2, Jullyana Cristina, Marcos Lira, Suzana Rossi, Ana Paula, Larissa Lima, Adnael Rodrigues, Ediana Costa, Jardes Santos, Francisco Pimentel, Carlos Eduardo, Alexandre Sousa, Ronan Lima, Antônio Marcos e Tony Sousa. E ao meu colega de curso Moab Paiva.

Aos meus professores, Agnaldo José, Vanda Pantoja, Jesus Marmanillo, Manoel Pinto, Salvador Tavares, Claudia Lima e Thayanná Sbrama, pelos ensinamentos.

Em especial à Profa. Betânia Barroso pela contribuição significativa e especial na minha formação junto ao Projeto Escola Comunidade Viva Deus que me proporcionaram momentos de luta e reflexão.

Ao Prof. Orientador Alexandre Peixoto que nunca mediu esforços para a realização desta pesquisa e de outros projetos. Pelos momentos de atenção, orientação e aprendizagem que foram fundamentais para meu amadurecimento ao longo dessa caminhada.

## RESUMO

O agronegócio brasileiro vem desde alguns anos ganhando espaço como uma das principais atividades econômicas do país, essa expressividade pode ser identificada em diversas áreas de produção, como por exemplo, na prática da monocultura (milho, soja, eucalipto e etc.) e da pecuária (corte e leite) que são significativas em diversas regiões brasileiras. Na região nordeste, especificamente na área que compõe o Sul do Maranhão, a pecuária vem sendo desenvolvida desde o século XVIII com a chegada das correntes pecuaristas e vem se intensificando até os dias de hoje. Mas a fixação e o crescimento dessa atividade econômica têm seus reflexos tanto no âmbito social, como também, ambiental. Nesse contexto, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em compreender as relações de trabalho a partir da realidade da cadeia produtiva leiteira no município de São Francisco do Brejão/MA. Para a efetivação dessa análise, utilizamos de uma metodologia quantitativa e qualitativa a fim de não restringir a pesquisa somente a interpretações numéricas sobre a pecuária leiteira e conseqüentemente as relações de trabalho. Como também, realizamos visitas e entrevistas semiestruturadas em quase todos os setores da cadeia produtiva leiteira (Laticínios, Transporte e Fazendas). Usou-se como aporte teórico para este trabalho os estudos de Cabral (2008), Andrade (2008), Franklin (2008) e Antunes (2013a). Os resultados dessa pesquisa indicam que as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira vêm acompanhando o processo de reestruturação produtiva e seus reflexos no mercado de trabalho, a partir da monopolização dessas relações, prescrevendo as condições de trabalho através da informalidade, precariedade e flexibilidade.

**Palavras-Chave:** Produção Leiteira. Relações de Trabalho. Cadeia produtiva.

## ABSTRACT

Brazilian agribusiness has for some years now been gaining space as one of the main economic activities in the country. This expressiveness can be identified in several production areas, such as the monoculture (corn, soybean, eucalyptus, etc.) and livestock (meat and milk), that are significant in several Brazilian regions. In the northeast region, specifically in the area that makes up the southern of Maranhão, farming has been developed since the 18th century with the arrival of livestock holdings and has intensified to the present day. But the establishment and growth of this economic activity has its repercussions both in the social as well as the environmental sphere. In this context, the general objective of this research is to understand the labor relations from the reality of dairy supply chain in São Francisco do Brejão/MA. For the purpose of this analysis, we used a quantitative and qualitative methodology in order to not restrict the research only to numerical interpretations on dairy farming and, consequently, labor relations. As well, we conducted semi-structured interviews and visits in almost all sectors of the dairy supply chain (Dairy, Transport and Farms). The studies of Cabral (2008), Andrade (2008), Franklin (2008) and Antunes (2013a) were used as theoretical contribution for this work. The results of this research indicate that labor relations in the dairy supply chain have been following the process of productive restructuring and its reflexes in the labor market, from the monopolization of these relations, prescribing the working conditions through informality, precariousness and flexibility.

**Keywords:** Dairy Production. Labor Relations. Productive Chain.

## SUMÁRIO

<b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>10</b>
<b>2. O PROCESSO AGROPECUÁRIO NO SUL DO MARANHÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1. A produção açucareira e a pecuária .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2. O mito das terras “disponíveis” .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3. Constituição da pecuária como potência econômica no Sul do Maranhão .....</b>	<b>26</b>
<b>3. DOMÍNIOS ECONÔMICOS DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA .....</b>	<b>29</b>
<b>3.1. Arroz .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2. Madeira .....</b>	<b>34</b>
<b>3.3. Leite .....</b>	<b>39</b>
<b>4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE   SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA .....</b>	<b>42</b>
<b>4.1. Relações de trabalho .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2. Cadeia produtiva leiteira .....</b>	<b>49</b>
<b>4.3. Desenvolvimento industrial e seus reflexos na produção leiteira e nas relações de     trabalho .....</b>	<b>51</b>
<b>4.3.1. Laticínios .....</b>	<b>55</b>
<b>4.3.2. Transporte.....</b>	<b>60</b>
<b>4.3.3. Fazendas .....</b>	<b>66</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As relações produtivas brasileiras, nos diferentes momentos históricos de sua economia, sempre tiveram ligadas às atividades desenvolvidas nas zonas rurais. Atualmente, é possível verificar essa expressividade produtiva e econômica no ramo do agronegócio, por meio dos vínculos industriais e comerciais localizados no campo agrícola e pecuário. Dessa forma, podemos visualizar a importância do agronegócio a partir de alguns dados mencionados por Machado (2014, p. 16):

O valor do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio chegou à marca de R\$ 917 bilhões no ano de 2011, representando, aproximadamente, 22,15% do PIB nacional. Em paralelo à importância do agronegócio para o PIB brasileiro, algumas cadeias produtivas se destacam na composição da balança comercial, como é o caso da cadeia da bovinocultura de corte, da cana-de-açúcar, da soja, do algodão e do leite.

Por meio dos dados levantados pela autora é possível identificar algumas cadeias produtivas que se destacam no âmbito do agronegócio, como a pecuária de corte, a cana-de-açúcar, a soja, o algodão e a pecuária leiteira. Nesse contexto de produção, é possível destacar a produção da pecuária leiteira, como uma das cadeias mais complexas e importantes no cenário do agronegócio, pois além de ser uma das principais formas e meios de suprimentos de alimento, é também responsável pela renda e geração de empregos de muitas famílias brasileiras. A importância dessa cadeia produtiva pode ser ilustrada graças ao seu crescimento significativo, segundo os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, os quais mostraram que a produção leiteira brasileira passou de 11 milhões de litros em 1980 para mais de 30 milhões de litros em 2010 (EMBRAPA, 2011).

Esses aspectos de crescimento e, portanto de importância da produção leiteira, geram impactos e mudanças em diversas áreas da sociedade, e são causados principalmente pela complexidade desse modelo produtivo.

Partindo dessa premissa, é importante salientar que este trabalho parte da análise de uma das consequências sociais gerada pela produção leiteira, a saber as relações de trabalho envolvidas nessa atividade. Nesse sentido, destacaremos especificamente essas relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA. Atualmente, esse município possui uma população estimada de 11.808 habitantes, com área de unidade territorial de 745,606 km<sup>2</sup>. É localizado no oeste do estado do Maranhão, limita-se ao norte com o município de Açailândia, a leste com o município de João Lisboa, e a Oeste e ao Sul com os

municípios de Cidelândia e Imperatriz. O acesso à sede é feita pela BR-010, na altura do povoado Trecho Seco, percorrendo a MA-125, em 20 km de rodovia<sup>1</sup>. Como mostra a **Imagem 01**.



**Imagem 01:** Localização de São Francisco do Brejão/MA no mapa.

**Fonte:** Google Maps (2019).

No âmbito nacional é notório o avanço da produção leiteira que passou por várias fases até chegar nessa expressividade econômica que temos hoje, tema que será mais bem tratado no decorrer deste trabalho. E levando-se em conta que o Brasil é um país com várias regiões e estados, logo essa atividade vai se desenvolver de diferentes formas a depender do lugar em cada uma dessas regiões.

Na **Tabela 01**, está destacada a produção de leite fluido em forma de ranking para demonstrar o desempenho de alguns estados. O estado do Maranhão foi colocado em evidência, graças ao destaque do município de São Francisco do Brejão. E isso é mostrado nas seções a seguir através de quantificadores que embasam essa pesquisa. Logo, é possível verificar que o estado do Maranhão ocupa o vigésimo terceiro lugar no ranking nacional (IBGE, 2014), como observado na tabela a seguir:

---

<sup>1</sup><[http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/A\\_Cidade/Sobre](http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/A_Cidade/Sobre)>.

**Tabela 01** – Produção de Leite Fluido de Vaca (produtividade regional).

	<b>Estados</b>	<b>Litros por Vaca</b>
01	Rio Grande do Sul	3 034
02	Santa Catarina	2 694
03	Paraná	2 629
04	Alagoas	1 887
05	Minas Gerais	1 613
23	Maranhão	631
24	Bahia	586
25	Piauí	571
26	Amazonas	465
27	Roraima	345

Fonte: IBGE, (2014). Tabela elaborada pela autora (2016).

Com relação ao ranking de produção de leite no estado do Maranhão, as cidades que se destacam são as apresentadas na **Tabela 02**. Como pode ser observado, o município de São Francisco do Brejão é um dos destaques na produção leiteira no estado, posicionando-se à frente de cidades que são grandes produtoras de leite, como Imperatriz, Balsas, Grajaú e Pastos Bons. O município fica atrás somente da cidade de Açailândia.



**Imagem 02:** Entrada do município de São Francisco do Brejão/MA.

Fonte: Assessoria de Comunicação (ASCOM)/Prefeitura Municipal (2019).

A partir dessa realidade do município ser uma das maiores bacias leiteiras do estado do Maranhão, um título lhe é atribuído, principalmente pelos seus moradores. A “Capital do

Leite” é com muito orgulho e admiração que as pessoas se reportam a São Francisco do Brejão por meio dessa nomenclatura. Exaltando a atividade leiteira e seu desempenho na economia do estado.

**Tabela 02** – Quantidade produzida de leite de vaca nos estabelecimentos agropecuários por dia (municípios do Maranhão).

<b>Cidades</b>	<b>Litros</b>
Açailândia	23 340
São Francisco do Brejão	11 412
Imperatriz	6 206
Balsas	1 866
Grajaú	1 257
Pastos Bons	170

Fonte: IBGE, (2006). Tabela elaborada pela autora (2016).

Portanto, a partir desses dados podemos reiterar essa atividade produtiva como um destaque do setor agropecuário brasileiro, tendo em vista que a atividade leiteira participa na formação da renda de grande número de produtores, além disso, é responsável por elevada absorção de mão-de-obra rural (contratada e familiar), propiciando a fixação do homem no campo. Como ressalta Alves (2008, p. 281):

É importante destacar a diversidade das indústrias no que diz respeito à variedade de produtos, uso de tecnologias e divisão do trabalho, quantidade de captação de leite e número de funcionários. A indústria de laticínios apresenta um potencial gerador de empregos maior do que alguns setores da construção civil, indústria têxtil e indústria automobilística.

A economia é um dos principais elementos que compõe a dinâmica social dos municípios brasileiros, e em São Francisco do Brejão não poderia ser diferente. No decorrer da história, resultado da própria dinâmica do mundo do trabalho, as relações existentes no processo produtivo vão se remodelando para atender as novas dinâmicas e exigências do mercado.

A partir da lógica neoliberal, na década de 80, principalmente nos países de capitalismo central, começa-se a ter um impacto no mundo da produção, o chamado “novo” regime de acumulação flexível. Essas mudanças ocorreram de forma significativa nas formas de organização do trabalho, na sua base técnica, na forma de como as empresas se organizavam

para a produção e comercialização de bens e serviços, nas formas de contratação de trabalhadores, e no desenvolvimento do setor de serviços. Porquanto, Salaza (2009, p. 11), ratifica significativamente que o funcionamento do capitalismo muda, portanto:

O agravamento da crise do capitalismo nos anos 80, o regime de acumulação flexível surge como resposta à evidente incapacidade do fordismo/taylorismo e do keynesianismo para conter as contradições inerentes ao capitalismo. Sendo importante destacar a observação que o referido autor faz de que não há, nos dias de hoje, uma prevalência de um ou outro regime de acumulação. O que se evidencia é que o fordismo e o taylorismo já não são únicos e passam a interagir com processos flexíveis de trabalho. No lugar da produção em massa, a produção passa a atender principalmente a demandas específicas. Ao trabalhador impõe-se a necessidade de entender o processo de trabalho como um todo. Posto que, de especialista em determinado trabalho, exige-se um trabalhador polivalente.

Neste estudo, possivelmente as relações na cadeia produtiva leiteira acompanham as transformações de tais dinâmicas do mundo do trabalho. No entanto, ao mesmo tempo em que há, de acordo com os defensores do mercado, uma modernização nas relações de trabalho, cujos trabalhadores agora tornaram-se polivalentes, ou seja, eles são multifuncionais, implementa-se também, novas formas de exploração da mão-de-obra. Os outros modelos de produção, fordismo/taylorismo<sup>2</sup>, não exploravam toda força de trabalho, então, esse novo modelo, tem como principal característica essa intensificação da exploração da força de trabalho.

Sobre os impactos da modernização do mundo do trabalho, Antunes (1999, p. 19) afirma que:

Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um "sindicalismo de empresa".

Com o processo de reestruturação produtiva do capital e, conseqüentemente, o processo de modernização no processo produtivo, em nosso neste caso, o beneficiamento leiteiro, e os impactos nas relações de trabalho se fazem presentes, obedecendo às características locais, regionais e escalares da cadeia produtiva.

---

<sup>2</sup>Abordarei esses termos nos próximos capítulos.

Essa produção leiteira é uma prática importante e significativa para as localidades em que é desenvolvida, pois ajuda a reduzir a taxa de desempregos no mercado de trabalho, e beneficia o desenvolvimento da economia, através da produção de leite e derivados, por parte dos laticínios. O sucesso dessa atividade se deu devido ao desenvolvimento tecnológico, como menciona Carneiro (2015). Esses bons resultados no crescimento da pecuária leiteira são fruto dos avanços tecnológicos de reprodução e melhoramento genético que vêm ocorrendo no Estado, associados à melhoria da nutrição, por via da elevação da qualidade da forragem, bem como do uso da técnica de adensamento da fauna, para uso como ração.

Assim, ratifica-se a relevância nessa temática, que pretende analisar as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira no município de São Francisco do Brejão. Verifica-se nessa atividade econômica, a sua origem, seus processos, como ela se constituiu, ou seja, se fará uma análise. Essa pesquisa tem como objetivo analisar as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira no município de São Francisco do Brejão, partindo da concepção de como vêm se dando as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira.

Os procedimentos metodológicos deste trabalho são fundamentados em uma abordagem quantitativa e qualitativa, compreendendo esses métodos como indissociáveis, apesar da pesquisa necessitar de dados numéricos, pois se trata-se de uma cadeia produtiva que está relacionada diretamente à economia e aos números. Não utilizaremos esse método de forma isolada, porque não atende as perspectivas da pesquisa que têm como finalidade analisar relações sociais que não podem ser somente quantificadas. Por esse motivo, usaremos também o método qualitativo, a fim de ir além das descrições de dados numéricos e partir do processo interpretativo dos dados quantitativos e das informações do campo de pesquisa. Segundo Minayo (1998, p. 11-12), é possível compreender essa indissociabilidade metodológica da seguinte forma:

(...) a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade e exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas. Portanto, em relação à abordagem qualitativa, o método dialético, como diz Sartre, recusa-se a reduzir. Ele ultrapassa conservando.

Os sujeitos que compõe este trabalho são os antigos moradores do município e os participantes da cadeia produtiva leiteira. Esses antigos moradores construíram uma narrativa

sobre o processo de constituição do modelo produtivo leiteiro, descrevendo as experiências vividas e suas contribuições em cada domínio econômico do município. Eles eles não quiseram ser identificados, por esse motivo quando tivermos que mencioná-los utilizaremos a nomenclatura de moradores ou antigos moradores.

A pesquisa tem como objeto de análise a cadeia produtiva leiteira, portanto, partiremos da ideia de cadeia produtiva desenvolvida por Machado (2014) que compreende essa categoria como uma sequência de atividades elaboradas por vários sujeitos em diferentes funções que transformam uma matéria prima em um produto pronto para o consumidor final. A partir dessa percepção de cadeia produtiva, localizamos os sujeitos que compõem particularmente a cadeia produtiva leiteira do município estudado, são eles: Produtores, Vaqueiros e Ajudantes de Vaqueiros (Fazendas); Motorista e Ajudante (Transporte); Queijeiros, Administrativo e Auxiliares (Laticínios).

Os instrumentos utilizados para coletas de dados em campo se deram através de entrevistas semiestruturadas com os antigos moradores do município e em todos locais da cadeia produtiva (Fazendas, Transporte, Laticínios). Houve uma tentativa de aplicação de questionário e de entrevistas semiestruturadas com trabalhadores dos laticínios, mas a administração dos mesmos não autorizou nem nossa entrada na fábrica. Embora, nossa entrada tenha sido impedida, os funcionários da administração, através de entrevista semiestruturada, disponibilizaram algumas informações sobre os funcionários. Tentamos localizar esses trabalhadores fora do ambiente de trabalho, mas eles não se prontificaram para a realização das entrevistas, como também, não quiseram responder o questionário.

O acesso ao transporte e as fazendas ocorreu com dificuldades, mas foi possível realizar o trabalho de campo, é claro que poderia ter sido bem mais abrangente, pois existem diversas rotas de captação do leite e de fazendas no município, entretanto, nem todas puderam ou não quiseram participar da pesquisa.

Acompanhamos uma rota de captação de dez fazendas, porém não conseguimos realizar entrevistas em todas as propriedades, pelo fato de os trabalhadores estarem ocupados com seus afazeres. Exemplo disso ocorreu com o motorista, que precisava coletar os tambores de leite o mais rápido possível para levar ao laticínio. Como ele estava conduzindo as visitas, tínhamos que acompanhar o seu ritmo, e assim as entrevistas eram bem rápidas. Já em relação

aos produtores, a maioria não residem nas fazendas e não estavam nas propriedades nos dias das visitas, fato que impossibilitou a realização das entrevistas.

Este trabalho é distribuído em quatro capítulos, o primeiro se trabalha o processo introdutório, o segundo capítulo intitulado O Processo Agropecuário no Sul do Maranhão, o terceiro capítulo aborda os Domínios Econômicos de São Francisco do Brejão/MA, e o quarto aborda As Relações de Trabalho na Cadeia Produtiva Leiteira de São Francisco do Brejão/MA.

O Processo Agropecuário no Sul do Maranhão aborda a constituição e firmamento desse modelo de produção na região estudada. Em alguns dos seus aspectos mais marcantes, como A Produção Açucareira e a Pecuária, que narra todo desdobramento entre essas duas atividades e eleva o crescimento da pecuária em diversas regiões do país, destacamos em especial essa chegada no Sul do Maranhão.

O outro tópico é o Mito das Terras “Disponíveis”, que trata da invasão das correntes pecuaristas nas terras indígenas do Sul do Maranhão e de toda violência que ocorre nesse processo de firmação dessa atividade.

E por fim A Constituição da Pecuária como Potência Econômica no Sul do Maranhão, cujo destaque se deu graças as suas características que foram usadas em prol do firmamento e crescimento dessa atividade na região. Essas informações foram extraídas do livro “Caminhos do Gado” de Socorro Cabral (2008) e do “Os gaúchos descobrem o Brasil” de Maristela Andrade (2008) que discutem esses procedimentos que vão moldar as particularidades da região Sul do Maranhão no que se refere ao seu sistema econômico atual da pecuária (corte e leite) e da monocultura (milho e soja).

O terceiro capítulo aborda os Domínios Econômicos de São Francisco do Brejão/MA relata todo o caminho percorrido para se ter o destaque da produção leiteira nesse município. Por meio de alguns dados foi constatado que os principais domínios foram: Arroz, Madeira e Leite, nesse mesmo formato se distribuem os tópicos desse capítulo, e em cada um deles é trabalhada a história e as características de cada um dos domínios no município, inclusive através de relatos dos antigos moradores.

É a partir desse contexto que esse capítulo utiliza como referencial teórico para a compreensão dos domínios econômicos do arroz e da madeira. Exemplo disso foi a utilização do livro “Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz” do historiador Adalberto Franklin (2008), que aborda os “ciclos econômicos” de Imperatriz. Entretanto, essa

concepção de ciclo será substituída pela ideia de domínios econômicos de Caio Prado Júnior (1970), pois ele compreende que quando se utiliza o termo ciclo é como se determinasse que algo tem começo, meio e fim. Isso significa, que esses processos econômicos que mencionados em seu livro sobre a “História Econômica do Brasil”, como a do café por exemplo, teve início, meio e fim, e que portanto não existe mais. Porém, essa produção ainda existe, teve um destaque em um terminado tempo, embora também tenha tido retrocesso, contudo, não se extinguiu e ainda é produzido, só que não é a principal atividade econômica do Brasil.

Após todo esse resgate histórico da pecuária e conseqüentemente da produção leiteira, o quarto capítulo aborda As Relações de Trabalho na Cadeia Produtiva Leiteira de São Francisco do Brejão/MA. E para evidenciar as relações de trabalho no contexto da produção leiteira no município estudado, é preciso compreender as configurações do mundo do trabalho em suas diversas etapas. Portanto, teremos o tópico As Relações de Trabalho, que vai descrever sobre a constituição do ser social a partir da categoria trabalho, e de como essa relação homem/trabalho vai delimitar todo esse cenário do sistema capitalista e seus processos reestruturativos que determinam as formas de exploração do trabalho.

No segundo tópico, A Cadeia Produtiva Leiteira, destacaremos a organização dessa cadeia no município, sua configuração, seu funcionamento, os sujeitos que participam e quais são as suas funcionalidades para compreender como influência nas relações de trabalho. O último tópico Desenvolvimento Industrial e seus reflexos na produção leiteira e na relações de trabalho, analisamos as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA a partir dos dados levantados em todos os capítulos anteriores e das informações colhidas nos trabalhos de campo. Os referenciais teóricos que auxiliaram na construção desse capítulo foram a Dialética do Trabalho Vol.1 (2013a), a Dialética do Trabalho Vol.2 (2013b), o Adeus ao Trabalho? (2002) e o Sentidos do Trabalho (1999). Todas essas obras são de Ricardo Antunes e discutem sobre os desdobramentos do mundo do trabalho.

Apesar de todos os apontamentos científicos que justificam a realização desse trabalho, é importante identificar o meu convívio pessoal nessa realidade, desde os meus três anos de idade convivi nesse cenário algumas vezes, seja indiretamente ou diretamente. E por essa participação sempre tive uma curiosidade sobre o que é ser, por exemplo, uma capital leiteira, quem contribuía de fato para esse título tão importante para o município, quem está por detrás desse feito, quem mantém essa imagem, se eles são recompensados por isso, ou não, e quem

leva o mérito. E foi pelas relações de trabalho que se observou alguns desses apontamentos levantados, para que se pudesse identificar todos os sujeitos que compunham a produção leiteira e suas funções dentro dessa atividade, que na maioria das vezes são menosprezadas.

## **2. O PROCESSO AGROPECUÁRIO NO SUL DO MARANHÃO**

O período colonial foi marcado pelos procedimentos de conquistas territoriais em diversas regiões do Brasil, a fim de se estabelecer domínio sobre as terras que levaria necessariamente a melhores condições de poder.

O território que hoje compreende o estado do Maranhão estava nesse cenário, entretanto, nem toda a extensão territorial foi definida pela ocupação colonizadora europeia, por esse motivo essas terras passaram por uma dupla movimentação povoadora (Sul e Norte maranhense) que marcou significativamente a sociedade colonial, e tem seus reflexos até os dias de hoje. Segundo Cabral (2008), um desses povoamentos iniciou-se a partir do litoral e pelos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim. E a outra linha de povoação se desenvolveu através dos avanços dos altos sertões que surgiram por meio de uma ocupação no interior nordestino. Todo esse cenário foi definido nas formas de explorações econômicas e padrões de comportamento específicos nos espaços ocupados.

A partir desses fatores históricos que remetem à época de ocupação do estado, podemos observar uma segregação referente à região do litoral, que abrange a capital do estado, São Luís, e a outra região denominada Sul do Maranhão, porém não geográfica, que compreende a uma área que se aproxima das cidades de Imperatriz e Balsas. Um exemplo claro sobre a segregação entre essas duas regiões é de um caso recente levantado pelo Senador Edson Lobão, no ano de 2007, sobre uma proposta de projeto para separação dessas duas áreas supracitadas (Sul e Norte), na intenção de criar dois novos estados. Nesse caso, é possível identificar a oposição entre essas duas regiões que vem sendo alimentada ao longo do tempo, e que pode servir para consolidação de interesses políticos.

Algumas autoras, como Socorro Cabral (2008) e Maristela de Paula Andrade (2008), analisam e destacam uma série de fatores que contribuíram e ainda contribuem para essas diferenciações. Um dos motivos que levam a essa oposição foi a exploração diferenciada de ambas as partes. Os processos de exploração e habitação dessas áreas, ou seja, lideranças políticas que tinham suas diferenciações culturais e interesses econômicos, ajudaram a definir

essas particularidades nessas duas regiões no estado do Maranhão. Outro ponto extremamente importante levantado por Cabral (2008), é a argumentação sobre uma historiografia homogeneizadora, que está recorrentemente pautada nos processos vivenciado na região Norte do estado. Fato que desqualifica os habitantes da parte meridional, retratando-os como “gente violenta, desonesta e facínora”, “bandeirantes ambiciosos”, “bárbaros aventureiros”, que tornavam o Sul uma terra “inculta, bárbara e sanguinária”. Esses pontos de vista estão ligados aos processos de ocupação, e às pessoas que estavam liderando cada frente, e está ligado ao processo de ocupação do Norte do estado por ter sido ocupado pelos europeus, e o Sul por uma corrente pecuarista composta por trabalhadores rurais vindos de vários lugares do Nordeste.

Antes mesmo de falarmos sobre as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão, é preciso compreender a constituição do Sul do Maranhão, enquanto um polo agropecuário ligado a diversas atividades produtivas. Porém, trataremos especificamente aqui da pecuária, partindo da compreensão da sua constituição no Sul do Maranhão, através da produção açucareira proveniente do estado da Bahia, em seguida destacaremos as invasões das terras indígenas, e por fim será enfatizada a consolidação da pecuária como uma potência econômica no Sul do estado.

## **2.1 Produção Açucareira e a Pecuária**

Um dos fatores para o crescimento e implantação da pecuária no Brasil se deu a partir da expansão açucareira que necessitava diretamente dos animais bovinos para diversas atividades ligadas à produção. Entre essas atividades desenvolvidas, podemos destacar a contribuição desse animal como um meio de transporte, alimentação, entre outras funcionalidades. Cabral (2008, p. 75) afirma que:

A expansão açucareira foi um dos fatores responsáveis pela implantação da pecuária que tinha múltipla finalidade nos engenhos de açúcar. Servia o boi como meio de transporte, força motriz e fonte alimentícia, enquanto o couro era ainda utilizado na fabricação de objetos domésticos. Seu crescimento foi rápido em consórcio com a cana. Mas logo foi constatado que as duas atividades possuíam dinâmicas próprias e características peculiares de exploração, o que as tornava inconciliáveis e inconsorciáveis. A agroindústria açucareira era a principal fonte de renda da colônia. O crescimento do pastoreio, na medida em que desviava da atividade canavieira a terra, o capital e mão-de-obra, não podia e nem devia atrapalhá-los. Teve, então, que se deslocar das imediações dos engenhos, abrindo caminhos em busca dos sertões.

Como menciona Cabral, a atividade açucareira estava se destacando no período colonial e em consonância a essa forte produção, outra atividade começa a se desenvolver também, a saber, a pecuária. Entretanto, a pecuária tinha que ser secundária em relação à produção açucareira, pois a produção da cana-de-açúcar era a principal atividade econômica na colônia brasileira e precisava ser priorizada. Por esse motivo, a criação dos bovinos passou a ser limitada, ocasionando, assim, uma baixa na produtividade desses animais. É a partir desse momento que essa atividade começa a precisar de espaço, pois é sabido que a pecuária precisa de uma extensiva área de terras, e que as terras destinadas a produção da cana-de-açúcar não podiam ser disponibilizadas para a pecuária. Essa atividade teve que recorrer a uma outra alternativa, a migração dela para outra(s) região(ões) do país aonde se tinha uma grande área de terras “disponíveis”.

Após a constatação de que essas duas atividades econômicas não poderiam ser desenvolvidas no mesmo ritmo de produção, em uma mesma área de terras, iniciou-se a irradiação da pecuária para as outras regiões do país. Os estados de Pernambuco e Bahia foram fundamentais nesse processo de disseminação pecuarista. Partiu em um primeiro momento do estado da Bahia, alcançando o rio São Francisco e seguindo dois direcionamentos. Um subindo o rio, e se beneficiando, mesmo que tardiamente, e desempenhando um papel significativo no abastecimento do mercado de Minas. E o outro, avançando para o norte, ocupou o interior do Piauí e Ceará, chegando assim ao início do século XVIII nas campinas sul-maranhenses. Cabral (2008, p. 81, destaques do original) descreve a ocupação do Sul do Maranhão pelo estado do Piauí:

[...]Cândido Mendes afirmou que os primeiros ocupantes, vindos do Piauí, penetraram na região a partir de 1730: “... se acaso os sertões dessa Província não recebessem colonos pelo Piauí, desde 1730, que ocuparam sucessivamente todo o território de Caxias até o Tocantins, talvez ainda hoje (1852) não fossem conhecidos”. O Coronel Berford registrou também que a freguesia de Pastos bons foi povoadora a partir de 1744. Em 1617, como vimos, Pe. Miguel de Carvalho anotava que o Parnaíba ainda estava desabitado.

Os governantes europeus que estavam no litoral maranhense não se disponibilizaram para ocupar a região Sul do Maranhão, pois eles compreendiam que naquele momento não era prioridade a ocupação dessas terras. E por esse motivo as terras não administradas pelos governantes acabaram ocupadas por outras frentes e lideranças. O povoado de Pastos Bons é consequência disso, construído principalmente com a participação da Casa da Torre vinda do

território que hoje está localizado o estado do Piauí que desenvolveu os primeiros passos do povoamento do Sul do Maranhão:

Somente a partir do surgimento da povoação de Pasto Bons, originada da entrada dos sesmeiros da Casa Torre no território do Piauí, que afugentavam e aprisionavam índios para alargar as áreas de criação de gado, dado início ao processo de povoamento do Sul do Maranhão. Depois de tomar as terras dos indígenas do Sul do Piauí e instalar diversas fazendas, os sesmeiros e vaqueiros do senhor da Casa da Torres, sob o comando de Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Sertão, cruzaram o Parnaíba e ocuparam as belas paisagens do lado maranhense, território a que denominaram “pastos bons”. (FRANKLIN, 2005, p. 12, destaques do original)

É perceptível que a colonização do sul do maranhão não foi feita pelos colonizadores do litoral, mas por outras frentes. O autor citado mostra algumas lideranças do atual estado do Piauí, como os principais participantes desse processo. Mas é sabido que outras lideranças vindas de vários lugares do nordeste e norte também estiveram presentes nesse processo. Segundo Franklin (2005), esse “novo” (sertões de Pastos Bons) território compreendia toda a área abaixo de Caxias, em sua extensão Leste-Oeste, ou seja, do Parnaíba ao Turiaçu. Fica patente que não se considerava o rio Gurupi como linha limítrofe entre Maranhão e Pará.

Com a mudança da Corte para o Brasil que se realizou oficialmente a primeira expedição do reconhecimento dessa região:

Somente em 1809, sob pressão de D. João VI depois de a corte ter se mudado para o Brasil, foi realizada oficialmente da região sul da região da Província, sob o comando do coronel Sebastião Gomes da Silva Belfort (ou Berford), no governo do capitão-general Francisco de Melo Manoel da Câmara. (FRANKLIN, 2005, p. 12)

Outro ponto a ser destacado é sobre a importância dos rios no processo exploratórios para as conquistas dos colonizadores e “achado” dos territórios brasileiros. Nesse caso específico, da região Sul do Maranhão, o rio Tocantins é uma peça fundamental nos processos exploratórios e conquistas dos cerrados e da pré-Amazônia.

Há consenso entre os historiadores de que a primeira expedição a navegar o Tocantins rio acima foi comandada pelo francês La Blanjartier, em 1610, pouco antes da fundação de São Luís (1612) e Belém (1616). La Blanjartier teria subido o Tocantins a partir de sua foz e alcançado a Serra dos Pacajás (Carajás), esbarrando nas cachoeiras e corredeiras de Itaboca, local de difícil passagem para embarcações. (FRANKLIN, 2005, p. 19)

A importância dos rios para esses processos de ocupações territoriais e de início de atividades econômicas pode ser evidenciada nas instalações das correntes pecuaristas próximas do rio Parnaíba, onde também se instalaram as primeiras fazendas de gado. Nessa população ribeirinha foi fundado, em 1740, os povoados Pastos Bons. Essa nomenclatura foi dada ao povoado pelos belos campos naturais que o cercavam, podia-se olhar para o lado oeste ou sul que a visão seria de exuberantes pastagens, a exemplo de Pastos Bons, que estava próximo de grandes rios, córregos e ribeirões. Cabral (2008) destaca que “a existência de campos naturais, além de ser a causa e o motivo da própria escolha do local, foi condição indispensável para o desenvolvimento da pecuária extensiva e itinerante. A partir de estimativas de Capistrano de Abreu em meados do século XVIII, na freguesia de Pastos Bons já existiam 44 fazendas e 60 léguas de terras estavam povoadas”.

Andrade (2008) afirma que “durante o século XVIII a atual cidade de Pastos Bons passa a ser o centro de onde se irradia uma frente pastoril em direção ao Tocantins (Velho 1972: 24). Deste modo, acompanhando a formação dessas fazendas de gado, já no início do século XIX, vão surgindo cidades de Riachão, Carolina, Grajaú e Barra do Corda”. A autora esclarece que nessa época específica, as fazendas de gado eram grandes áreas de terras sem limites fixos, ou seja, não existia um limite pertencente a um nem a outro criador. O gado, por exemplo, vivia solto aos cuidados dos vaqueiros, as fazendas de gado não tinham limites territoriais demarcados. O processo de demarcação e divisão dessas propriedades só ocorreu a partir da década 1950.

Por volta de 1950, o estado promove uma reordenação jurídica do espaço territorial nesta área conhecida pelos os entrevistados como demarque, fato esse que se constituiu em um marco histórico na memória dos trabalhadores. (ANDRADE, 2008, p. 61)

Apesar de essa demarcação ter sido administrada pelo estado, na maioria das vezes essa redistribuição foi feita no Sul do maranhão, por meio da grilagem<sup>3</sup>. Nessa nova organização, os pequenos criadores foram os mais prejudicados, segundo a autora, pois esse grupo não tem suporte e nem condições financeiras para contratar os grileiros que na maioria

---

<sup>3</sup>No Brasil, grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios ou prédios indivisos.

dos casos utilizavam da violência para acelerar a tomada de posse das propriedades, e é nessa configuração que a atividade pecuarista foi se intensificar.

## **2.2. O Mito das Terras “Disponíveis”**

A partir de toda essa configuração migratória da pecuária para outros estados brasileiros, motivada principalmente por uma ausência de sintonia com a produção açucareira, e pela necessidade de grandes áreas de terras, que ambas as atividades necessitaram desempenhar uma boa produtividade. E como consequência desencadeou a saída das atividades para outras localidades. E a tendência dessa migração vai se voltar para as terras ditas “disponíveis”, que se encontram em espaços geográficos não “descobertos”, onde o Sul do Maranhão está, embora não tenha sido explorado.

Essas terras já estavam ocupadas e sendo utilizadas pelos povos indígenas, logo, outra problemática acaba sendo evidenciada nessa configuração. Devido ao fato dos povos indígenas não serem vistos como pertencentes das terras pelos grandes proprietários, e nem proprietários dessas terras, eles não se encaixam na perspectiva produtiva, ou seja, não são produtivos, não fabricam e nem vende nenhum produto. Portanto, não utilizam as suas terras de forma correta, segundo a lógica do capital, sendo assim, alguém deve pegar essas áreas para si e torná-las produtivas.

A expansão da pecuária pelo alto do sertão maranhense foi um movimento caracterizado pela violência. As verdes campinas cobiçadas pelos criadores eram o habitat de numerosas tribos indígenas que opuseram toda a resistência possível à conquista e ocupação. Felizmente podemos contar com o rico material informativo, compreendendo, sobretudo, os relatos de Francisco de Paula, sobre o confronto entre brancos e índios, no início do século XIX. (CABRAL, 2008, p. 89)

Apesar da constatação errônea de vislumbrar essas áreas como “disponíveis”, a realidade é que essas terras estavam ocupadas por povos indígenas e seria impossível pensar em uma harmoniosa ocupação dos criadores de gado, diante do contexto das práticas e estilo de vida dos povos indígenas, por serem completamente contrária a dos exploradores da terra.

O confronto foi inevitável e o reflexo dessa disputa está presente na extinção de muitas tribos indígenas que existiam na época do processo de exploração, e que hoje não existem mais. Segundo estimativas do Major de Paula (apud CABRAL, 2008), o início do século XIX haviam

mais de oitenta mil índios, designados como a população originária dos Timbiras na área dos Pastos Bons.

Franklin (2005) cita alguns povos indígenas que aqui habitavam, tais como os amanajós, angetgês, apinajés, augutgês, canaquetgês, capiecrãs, gamelas, guajajaras, macamecrãs, norocoagês, piocobgês (gaviões), poncatgê (krikatis), ponecras, purecamecrãs, sacamecrãs, tacamedus, xavantes e xerentes. Alguns desses povos eram muito temidos, como os krikatis, que lutavam até a morte pela posse de suas terras. E outros eram “pacíficos” diante da situação, saíam das terras por medo, mas não há dúvidas de que a maioria das conquistas das terras foram por meio de conflitos sangrentos. Cabral (2008) relata que “desse enorme contingente que, de modo geral, possuía tradições culturais muito próximas, sobrevivem alguns poucos Canela (antigos Kapiekrã), Krikati, Gavião e Krahó”. Esse esvaziamento dos povos indígenas resultou em uma diminuição populacional que é identificada até os dias de hoje graças a esses confrontos entre os exploradores e os povos originários.

Esse confronto entre os criadores de gado e os povos indígenas não ocorreu diretamente, existiam as bandeiras que mediavam essa disputa, que Cabral (2008, p. 90) denominou como:

O principal meio utilizado pelos criadores, para submeter e dominar o indígena, foram as bandeiras, que constituíram verdadeiros grupos de guerra, compostos de 100 a 200 homens aliciados entre os sertanejos e sob o comando de um chefe local. O auxílio do estado a essa força armada foi insignificante constatando apenas pelo fortalecimento de armas e munições por vezes estragadas. Os mantimentos eram fornecidos pelos fazendeiros que foram, na verdade os principais impulsionadores desses grupos armados que desempenham um papel proeminente no devassamento da área.

Houve uma participação intensa dos fazendeiros para a dominação e tomada de posse das terras indígenas. O estado auxiliou, porém, a manutenção diária desses confrontos foi financiada por quem realmente queria a posse das terras, ou seja, os criadores de gados. Cabral (2008) relata que “para a realização das campanhas e do aldeamento, conforme ficou assentado no Termo de Junta, os fazendeiros das duas Freguesias deveriam fornecer nada menos que quinhentas vacas, vinte e quatro cavalos e duzentos alqueires de farinha”. É evidente, nesse relato, a disposição da iniciativa privada e dos criadores de gado para a realização das guerras, com o intuito de diminuir o número de indígenas que habitavam nas áreas do Sul do Maranhão.

Os povos indígenas, desde o início do período de colonização e exploração das terras brasileiras, são marcados pelo mesmo processo de luta pela fixação em suas próprias terras. Embates esses que são feitos por meio de muita violência e morte, pois são lutas desiguais, de “grandes” personagens muito bem equipados e preparados, contra uma população tradicional que não detém das mesmas forças. Na sua grande maioria, esses conflitos são financiados e visualizam somente a produtividade e o rendimento econômico, consideram a demarcação indígena como perda de tempo e de dinheiro. Em se tratando especificamente do conflito entre os povos indígenas e os criadores de gado, podemos constatar que há uma extinção de várias etnias que ocupavam o Sul do Maranhão. Essa realidade não é diferente da que ocorria nos primeiros momentos do período de colonização, é um fato constante e que vive se repetindo.

E é a partir desse processo exploratório e sangrento que a pecuária vai se desenvolver no sul-maranhense, por meio dos confrontos entre os povos indígenas e os criadores de gado. Trata-se de uma luta que se deu pelos mesmos objetivos, de luta, ocupação e fixação nessas terras, confronto esse que se propaga até os dias de hoje. Ainda há uma luta constante entre os criadores de gado (pecuaristas), os produtores de soja, milho e eucalipto (monocultura), os povos indígenas e outros povos tradicionais, que se vêem ameaçados por essas atividades econômicas que fazem o possível e o impossível para manter sua produtividade.

### **2.3. Constituição da Pecuária como Potência Econômica no Sul do Maranhão**

Após todo esse processo de invasão dos criadores de gados nas terras indígenas, e de uma fixação nesse espaço, que abrangem o Sul do estado do Maranhão, teremos consequências com essa nova configuração espacial, social e econômica. E como resultado houve uma multiplicação dos rebanhos de gado e conseqüentemente um crescimento das instalações de fazendas de gado nessa região. Cada vez mais as fazendas de gado participavam da realidade e da ocupação dos territórios maranhenses. Para entendermos o crescimento dessa atividade, Cabral (2008) destaca alguns números, “em 1751, fase inicial da ocupação, existiam na região, cerca de 44 fazendas, o que correspondia a ¼ das propriedades ganadeiras existentes no Maranhão. Em 1815, período final do devassamento, o número de fazendas, somente nas ribeiras do Balsas, Grajaú, Farinha, Neves e Sereno (Lapa), atingiu mais de 120 fazendas”.

A distribuição dessas áreas se deu de forma desorganizada, como mencionado no tópico anterior. As terras não eram divididas individualmente, em muitos casos um determinado

território acabava pertencendo a mais de uma pessoa e eram compartilhados entre os vários criadores. Mas, essas terras tinham que ser direcionadas à criação de gado. Esse espaço era abundante, satisfazia as necessidades da atividade e ainda sobrava espaço, desvalorizando assim o preço dessas terras, como menciona Cabral (2008, p.105):

A despreocupação pelo tamanho da terra talvez fosse decorrente da própria estrutura agrária dominante. As terras eram abundantes e de fácil obtenção. O seu valor, comparado ao de outros bens, era irrisório. Uma fazenda com 2.538 braças de extensão e uma légua de frente valia 250.000 (duzentos e cinquenta mil réis), enquanto uma escrava de 23 anos de idade valia 700.000 (setecentos mil réis).

Apesar das conquistas territoriais dos criadores de gado nessa região, e do crescimento da atividade pecuarista em relação a outras localidades mais próximas, essa atividade econômica sofreu alguns empecilhos. Francisco de Paula citado por Cabral (2008) afirma que o gado produzido nesse local tinha uma grandeza do corpo, gordura, aptidão pelas grandes machas, e recebia nas feiras de Itapecuru, maior cotação do que os gados vindos do Piauí. Isso devido ao fato de que essa produtividade não tinha um crescimento mais acelerado por conta das ervas venenosas, dos ataques de animais nocivos, como morcegos, dos insetos, das onças, das cobras e de algumas doenças.

Essa atividade econômica ao se iniciar teve algumas dificuldades, nesse caso, pouco se sabia sobre a principal base da atividade, que é o animal bovino, não existia tecnologia para uma desenvoltura maior desse animal e do combate às pragas que dificultaram um progresso maior da atividade. A autora reitera que outro fator levantado por Francisco de Paula, em relação ao crescimento da pecuária, seria a hostilidade dos povos indígenas que impediam a expansão das fazendas, apesar dos conflitos que eles tiveram com os criadores de gado, e pela perda dos seus espaços, não pararam de lutar por suas terras. Francisco de Paula afirma que eles não facilitaram o crescimento dessa atividade, no que diz respeito ao aumento das propriedades de criação de gado.

É importante destacar como se organizava a atividade pecuarista no início do seu processo de desenvolvimento, como eram administradas essas fazendas, como funcionavam suas estruturas físicas e de trabalho. Em se tratando da organização administrativa, as fazendas, principalmente da área de Pastos Bons, eram conduzidas pelos próprios fazendeiros. A população que compunha esse cenário era constituída pelo casal, pelo fazendeiro, pela mulher, pelos seus filhos, pelos parentes, pelos dependentes (fazendeiro), pelos vaqueiros, pelas

fábricas<sup>4</sup>, pelos agregados e pelos aventureiros. Essas propriedades eram quase auto-suficientes, pois nelas eram produzidos quase tudo: a alimentação, o vestuário, os utensílios domésticos e até os materiais para manejar o gado. A autonomia quase total das fazendas, em relação aos seus suprimentos, vinha da criação de gado, pois servia para alimentação, fabricação de utensílios e outras necessidades.

As fazendas de gado eram estruturalmente rústicas, e tinham as seguintes instalações: currais para o gado, e a casa do vaqueiro feita de barro e coberta de palha. Já se tratando dos meios de trabalho utilizados para a manutenção dessa atividade, são usados tanto o trabalho livre, como também, o trabalho escravo. Os afazeres das fazendas vão ser desempenhados pelos vaqueiros, pelos auxiliares chamados de fábricas e pelos escravos que, na maioria das vezes, se ocupavam com funções subalternas aos dos fábricas, como por exemplo, o trabalho braçal. O número de mão-de-obra nas fazendas era bem reduzido, na maioria das propriedades era possível encontrar um vaqueiro e dois ou três fábricas. O número de escravos era pequeno também, pois em boa parte das fazendas as atividades eram distribuídas entre os familiares (filhos e outros parentes).

A partir de toda contextualização desse processo de consolidação da pecuária no sul do Maranhão, que se passa uma série de procedimentos, desde as correntes pecuaristas até a exploração desigual de terras e a fixação de um polo pecuário. Toda essa configuração resulta em consequências e influências que não estão ligadas a questões econômicas, mas também, ao campo social. Como podemos observar existiu, em meio ao desenvolvimento dessa atividade, características sociais que vão definir esse processo econômico, como por exemplo a organização administrativa das propriedades, uma população específica, instalações físicas próprias e trabalhadores. Portanto, essa atividade econômica influenciou na cultura, nos saberes populares e nas relações de trabalho que será centralidade desta pesquisa.

---

<sup>4</sup>A função do fábrica era desempenhada pelos trabalhadores livres, escravos ou ainda pelos próprios filhos do fazendeiro que, aprendendo o ofício de vaqueiro mais tarde, assumiria o posto, mantendo assim o gado sob o domínio da propriedade familiar. (CABRAL, 2008, p. 106)

### 3. DOMÍNIOS ECONÔMICOS DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA

Esse processo de constituição do Sul do Maranhão como polo pecuarista não ocorreu com a mesma frequência e intensidade em todos os espaços. Uns se desenvolveram primeiro que outros, por esse motivo é indispensável compreender a formação do município de São Francisco do Brejão nessa inserção ao mercado pecuarista.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), São Francisco do Brejão, inicialmente conhecido como Brejão, recebeu esse nome do agricultor Clemente, o baiano, que foi o primeiro a desbravar o território do município em 1967 para o cultivo de arroz a 6 km do atual município. Logo depois, essa área que pertencia a Clemente, passou a pertencer a Tinô. O povoamento do município se iniciou em 1969, quando os lavradores Srs. Claudino e André, baianos, se instalaram no território por conta da fertilidade do solo. Mas, o desenvolvimento só veio ocorrer de fato com o Sr. Luiz Neco, que construiu a primeira casa de onde originou-se a Avenida Castelo Branco, a principal avenida do município atualmente.

O nome criado por seu Clemente ganhou força após o afloramento das águas do atual brejo que margeia a cidade, em consequência de uma cacimba, cavada pelo Sr. Luís Neco nas proximidades do início da atual Avenida Castelo Branco, no ano de 1971. E foi esse mesmo morador, Luís Neco, quem denominou o lugar de São Francisco do Brejão, confirmado e emancipado vinte e três anos depois, através da lei estadual n. 6.139 de dez de novembro de 1994. E só teve sua primeira eleição democrática em 1996.

Atualmente, o município possui uma das maiores bacias leiteiras por área, pois a sua economia local é voltada para a pecuária leiteira com um rebanho de 71.131 cabeças de bovinos, distribuídos entre 412 propriedades. O site oficial do município<sup>5</sup> informa que de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, existe uma renda mensal de aproximadamente R\$ 1.017.875,00 (Um milhão, dezessete mil, oitocentos setenta e cinco reais). Deste total, 50% vem da atividade leiteira, 30% de repasse do Governo Federal e Estadual, 10% da produção de carne e 10% de aposentados e pensionistas.

Antes da emancipação do município se efetivar, São Francisco do Brejão pertencia à cidade de Imperatriz/MA, e a partir da emancipação de Açailândia/MA em 1981, passou a ser

---

<sup>5</sup><[http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/A\\_Cidade/Sobre](http://www.saofranciscodobrejao.ma.gov.br/A_Cidade/Sobre)>.

administrada oficialmente por Açailândia, mas seu vínculo com a cidade de Imperatriz ainda continuou, no que diz respeito principalmente às questões econômicas. Os moradores acreditavam que a cidade de Imperatriz era mais influente economicamente do que Açailândia, por esse motivo preferiram romper o vínculo administrativo com Açailândia e retornar à vinculação administrativa com a cidade de Imperatriz. Assim, os primeiros domínios econômicos significativos que o município teve (arroz, extração de madeira), antes de chegar ao domínio econômico atual da pecuária leiteira, são os mesmos da cidade de Imperatriz, porque o município produzia de acordo com a demanda dessa cidade. Portanto, tudo que era produzido no município acabava sendo contabilizado nos dados de Imperatriz, já que ele pertencia oficialmente como zona rural desse município.

Os moradores de São Francisco do Brejão relatam que o município passou por dois domínios econômicos fortes, a produção de arroz e a extração de madeira. Como narra um de seus primeiros habitantes do município “Quando eu cheguei aqui em agosto de 75, o Brejão só tinha uma casa de telha que era do seu Zé da Latada que onde hoje fica ali o Everaldo, na ocasião, na época, a economia daqui era arroz e extração de madeira” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017). Dois domínios que foram significativos também na cidade de Imperatriz.

Através do relato dos moradores do município sobre os domínios econômicos do arroz, da madeira e também da pecuária leiteira, analisaremos essas informações atreladas aos dados do IBGE para compreender melhor esses domínios econômicos, em suas diversas configurações, seus auge, suas diminuições de produção e como eles se encontram nos dias de hoje.

### **3.1 Arroz**

O município de Imperatriz passa a cultivar às primeiras roças de arroz a partir da primeira metade da década de 1950, com a chegada de imigrantes nordestinos. Conforme menciona Franklin (2008, p. 127, destaques do original):

Os “nordestinos” foram ocupando o espaço, afugentam os índios, “amansando” a terra e plantando arroz, feijão, milho, mandioca, favas e outros gêneros de seu consumo e de fácil comércio. Formaram grandes excedentes, vendidos em Imperatriz aos comerciantes e donos de usinas de arroz. Para dar conta de tanta oferta, os

comerciantes imperatrizenses passaram a investir na compra de máquinas de beneficiamento e na facilitação dos transportes para outros centros.

É questão de tempo para a produção do arroz se tornar algo rentável na cidade. Franklin (2008) menciona que de acordo com IBGE, em 1956, o arroz já era o principal produto agrícola comercializado na cidade. A produção naquele ano chegou a 18.700 sacos em casca, um valor total de Cr\$ 1.320.000,00, superando a tradicional cana-de-açúcar produzida nos engenhos das fazendas, que atingira 17.700 toneladas, avaliadas em Cr\$ 1.070.000,00.

Com o início da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1958, há naturalmente um aumento na migração de pessoas para Imperatriz e proximidades. Como nem todos que vinham para essa região conseguiam trabalhar na construção da rodovia acabavam exercendo outras funções. E como na época a agricultura estava em alta, e principalmente o cultivo do arroz, essas pessoas acabaram se dedicando a esse tipo de plantio. Franklin (2008, p. 132, destaques do original) afirma que com a conclusão da rodovia, a cidade começa a se consolidar como polo econômico regional:

A partir de 1960, Imperatriz começa a consolidar-se como novo polo econômico regional, pela força de sua produção e comercialização agrícola, sobretudo do arroz, que se destaca pela abundante produção advinda da nova fronteira que passou a ser conhecida como “estrada do arroz”, ocupada pelos “nordestinos” a partir do final da primeira metade da década anterior, e pela facilidade de transporte de Imperatriz para outras regiões, após a inauguração da Rodovia Belém-Brasília.

E é a partir da década de 1960 que se inicia a exploração do território onde se encontra hoje o município de São Francisco do Brejão. E a primeira plantação feita nessa área já sofre grande influência do mercado local da época, pois, segundo os dados do IBGE, o primeiro plantio feito no território foi uma roça de arroz, feita pelo Sr. Clemente. Com o passar dos anos, essa zona passa a pertencer à cidade de Imperatriz, auxiliando no crescimento desse novo polo econômico regional, abastecido pela produção de arroz.

A estabilidade dessa economia advinda da produção de arroz se sustentou em alta até a década de 1970, em Imperatriz, porque as plantações de arroz começaram a ser substituídas por outra atividade, como por exemplo, a criação de gado. Esse novo contexto da substituição do plantio de arroz para a criação de gado foi sustentado, na maioria das vezes, pela grilagem das terras, expropriação possessória e pela pistolagem. Não entraremos em detalhes nessa questão, pois não é objetivo desse trabalho.

Em 1975 a produção de arroz retoma o crescimento novamente, só que dessa vez essa produção não é a única a estar em alta no estado do Maranhão, outra produção acaba se destacando também, o cultivo da mandioca, que no 1975/76 produziu 47.000t e em 1981/82 chegou a produzir 10.000t. Franklin (2008, p. 137), ilustra uma tabela, que evidência a recuperação do crescimento na produção de arroz em Imperatriz entre os anos de 1975 e 1982.

**Tabela 03** – Produção de arroz no município de imperatriz 1975 a 1982.

Safra	Cultura	Área Cultivada	Produção
1975/76	Arroz	30.000 há	59.400 t
1976/77	Arroz	37.000 há	68.820 t
1977/78	Arroz	40.700 há	80.586 t
1978/79	Arroz	45.400 há	79.105 t
1979/80	Arroz	59.000 há	116.820 t
1981/82	Arroz	66.000 há	118.800 t

Fonte: (COUTINHO apud FRANKLIN, 2008).

O crescimento na produção desse grão (arroz) não se centralizava no plantio feito somente na cidade de Imperatriz, mas também em outras áreas que eram consideradas pertencentes à cidade e que incluía o território do atual município de São Francisco do Brejão. Um trabalhador da época relata sobre o primeiro contato que teve com o local, em 1970, e do forte domínio econômico da época, a produção de arroz, e enfatiza sobre a realidade da área:

Eu sempre trabalhei fazendo roça de arroz, milho, feijão, mandioca, criando porco, criando gado. Isso era tudo meu. Quando eu cheguei aqui em 1970, tinha quatro casa, mais eu não vim pra morar, porque eu morava em Imperatriz, na boca da mata, aí nós veio trabalhar aqui, agora pra dizer que vim, que aí comecei construir mesmo roça, foi em 1978. Vim morar aqui em 1977 mesmo no ano do meu casamento, aqui não tinha nada, quando nós vinha trabalhar aqui nós passava trinta dias sem banhar, porque não tinha água, a gente se lavava com a água do arroz. O que mais se plantava era arroz, o milho nem tanto, porque era terra de mata, plantava também o feijão. Aqui tinha muito movimento de arroz, a maior roça que eu botei a maior foi seis alqueiro de roça, a minha roça a mais pequena era a de vinte linha, todo mundo plantava muito arroz, eram carradas e carradas, era uns panhando e outros batendo, chega que a fumaça subia, desses seis alqueiro de roça que eu botei, tia Dora começou mais eu, só batendo arroz, os outros panhando, o Luís foi buscar cinquenta homens na Barra do

Corda, pra panhar arroz e só eu e Tia Dora batendo arroz, o arroz quente e o Juarez que era o comprador, o Aluísio, Raimundo Pereira. Todo arroz produzido aqui ia para Imperatriz. (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 02, 2017)

Entretanto, não era só a área do atual município de São Francisco do Brejão que participa dessa promoção, no sentido de crescimento econômico da cidade de Imperatriz. Algumas áreas também se tornaram municípios posteriormente, como Davinópolis, Ribamar Fiquene, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca, que também participavam como contribuintes para o crescimento econômico da cidade de Imperatriz, até a ocorrência da emancipação dessas áreas que só ocorreu em 1994:

Em 1991, com o território reduzido à metade – 6.687km<sup>2</sup> –, após a emancipação de Açailândia, ocorrida em 1981, o Censo do IBGE registrou 276.502 habitantes no município, número que seria reduzido mais uma vez em 1994, com a emancipação de Davinópolis, Ribamar Fiquene, **São Francisco do Brejão**, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca, todos desmembrados do território de Imperatriz. (FRANKLIN, 2008, p. 175, meus destaques)

Em consonância a esse crescimento da produção de arroz em 1970, existia outra atividade econômica começando a se instalar, a extração de madeira, que será abordada no próximo tópico. Um trabalhador da época menciona a força dessas atividades no território do atual município de São Francisco do Brejão: “Mais nesse tempo poderia dizer que era o centro do legume da roça, mais o arroz era o primeiro lugar, a mandioca o milho era só pra completar, no tempo de 1971 até faixa de 1990, 1995 a gente encontrava de oito a dez caminhão só morgando, caindo de um buraco pra outro, cheio de arroz, quando não era madeira, era arroz, a pecuária era fraca, os fazendeiros estavam começando a entrar” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 02, 2017).

O último censo do IBGE (2007) registrou a atual situação da produção de arroz no município, que ilustra a área plantada de 225 ha, a área colhida que também foi de 225 ha, a quantidade produzida de arroz de 382 t, o rendimento por produção de 1.697 kg/ha e o valor da produção de 252,00 (x1000) R\$. Nota-se que essa produção de arroz ainda ocorre no município, não com o mesmo destaque de antes, mas ainda há uma significativa produção. A nova grande produtora de arroz do Estado do Maranhão é a cidade de Santa Luzia, que ocupa a primeira posição no ranking e a de São Francisco do Brejão que ocupa o centésimo octogésimo oitavo lugar em área plantada de arroz, como ilustra a **Tabela 04**.

Há uma total retração no cultivo do arroz atualmente, e isso é uma consequência dessa reorganização produtiva que a região Sul do Maranhão enfrentou nesse período de 1970. O surgimento desse novo domínio econômico, pautado na forte extração de madeira na área do atual município, levou conseqüentemente ao crescente investimento na pecuária, pois ao mesmo tempo em que se extraía a madeira, abria-se as terras para a plantação de pasto e criação de gado, colaborando assim, para a diminuição ano após ano da produção de arroz. Atualmente, a economia local não está mais pautada na compra e venda desse produto, portanto, a estimativa é que essa produção de arroz, que já é tímida, caia cada vez mais no decorrer do tempo.

**Tabela 04**– Arroz (casca)/Área plantada (unidade: ha).

<b>CIDADES</b>		<b>Há</b>
1	Santa Luzia	16.500
2	Grajaú	11.200
3	Buriticupu	9.700
188	São Francisco do Brejão	225
209	Apicum-Açu	9
210	Cururupu	8
211	Santo Antônio do Amaro	5

Fonte: IBGE, (2017). Tabela elaborada pela autora (2017).

### 3.2. Madeira

Para compreender esse novo domínio econômico, que surge com intensidade a partir de 1970, será utilizado o mesmo procedimento do tópico anterior. Entende-se a dinâmica econômica a partir dos dados da cidade de Imperatriz, uma vez que o município estudado teve uma vinculação administrativa com essa cidade.

Com a chegada da rodovia Belém-Brasília nas proximidades tanto de Imperatriz, quanto do atual município de São Francisco do Brejão, fez com que houvesse, naturalmente, uma agilidade no transporte, tanto de mercadoria, quanto também de pessoas. E com essa nova realidade da malha rodoviária no Sul do Maranhão, essa região começa a receber pessoas de outros estados, vindas principalmente do Sul e Sudeste.

Adalberto Franklin atribui esse novo “ciclo” econômico da extração de madeira a esses novos habitantes, dado que segundo ele, os camponeses nordestinos dessa região não tinham o hábito de extrair a madeira para a comercialização. Utilizavam a madeira só para o seu sustento, tinham um apreço pela preservação e cuidado com a natureza, por isso, eles usavam a madeira, por exemplo, para fazer cercas, casa, currais e fabricação de utensílios domésticos. Acreditavam em lendas de punição ou algum tipo de castigo, caso não respeitassem a preservação da natureza, como ressalta Franklin (2008, p. 140), a partir de um depoimento de um camponês da época:

E tem o pai da mata. É ele que governa a mata. Diz que quando o pessoal tá derrubando a mata, aí diz que a gente ouve o clamor dele, porque estão devorando a mata, acabando com as árvores. Há um clamor, um gemido, precisa ver. Mas ele não faz nada que eu saiba. Fica é triste e clama. Dá um tipo de fantasma que aparece pro pessoal, porque dá uma tristeza muito funda nas pessoas. Minha avó é que contava.

Só que os novos habitantes tinham uma percepção totalmente contrária a dos camponeses nordestinos, vieram para essa região com o intuito de explorar os recursos naturais. Nessa época, exploraram as árvores que são consideradas centenárias, nobres, como o ipê, o cedro, o cumaru, o jatobá, a maçaranduba, a sucupira, a muiracatiara, entre outras. E todo esse deslocamento, principalmente das pessoas que vieram do Sul e Sudeste, foi devido a uma demanda de materiais (no caso a madeira) para as construções da região do Sul e Sudeste do Brasil, que vivia a euforia do “Milagre Econômico”<sup>6</sup>.

Como essa atividade não fazia parte da realidade dos moradores de Imperatriz, e nem das áreas próximas, eles não tinham o suporte para atender essa nova demanda, no sentido do beneficiamento dessa madeira. Por esse motivo, em um primeiro momento, era transportada como material bruto mesmo, em toras, em caminhões madeireiros abertos. Com o passar do tempo e a intensificação desse domínio econômico é que começa a se instalar na cidade as primeiras serrarias de pequeno, médio e grande porte, ocasionando posteriormente uma grande quantidade de postos de trabalho. A cidade passa a ter como paisagem os caminhões transportando arroz e madeira, simultaneamente. Como mencionado anteriormente no discurso

---

<sup>6</sup>Milagre Econômico ou "milagre econômico brasileiro" é a denominação de um período da história do Brasil que durou de 1968 a 1973. Esse período foi caracterizado por aceleração do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), industrialização e baixos níveis inflacionários. (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 222)

do antigo trabalhador da época, esse passa a ser o cenário no território do atual município de São Francisco do Brejão.

Esse domínio econômico da extração de madeira, diferentemente do domínio do arroz, necessita de recursos para seu beneficiamento, como a energia e outros procedimentos. Com esse aumento significativo de estabelecimento (serrarias) na cidade de Imperatriz e nos municípios de zona rural, há uma notória necessidade de recursos que rapidamente são cedidos pelo Governo do Estado já que ele arrecadava bastante impostos para a extração de madeira, de acordo com Franklin (2008, p. 142, destaques do original):

O município dispunha, nessa época, de apenas um motogerador de energia, que atendia parte da cidade, estando prevista a instalação de “dois potentes motores, conseguidos pelo prefeito junto ao Governo do Estado”. Apesar da falta de infraestrutura, existiam “1.184 estabelecimentos comerciais, industriais, oficinas, hotéis etc.; contando na sede 1.005 e 179 na zona rural”.

Foi esse domínio econômico que impulsionou o crescimento acelerado da cidade de Imperatriz e das áreas de zona rural. Essa atividade se desenvolvia e a região experimentava uma junção de avanço da população com o progresso econômico. Franklin (2008) enfatiza que a população saltou de 80.827 habitantes, segundo o IBGE em 1970, para 220.469, totalizados pelo censo de 1980; quase o triplo em apenas uma década – crescimento de 10,57% ao ano, o segundo maior índice verificado no país nesse período.

O território do atual município de São Francisco do Brejão também foi marcado por um crescimento populacional, por estar localizado na zona rural, disponibilizava de uma floresta quase intacta, se tornando um atrativo para muitos madeireiros. Um antigo morador do município, madeireiro nesse período, conta que chegou ao município em 1975 e que tudo era muito precário, no sentido de infraestrutura. Por mais que existisse uma forte economia na produção de arroz e extração de madeira, ele diz que as condições eram simples, apesar dessa realidade, conta que algumas pessoas investiam nesses ramos: “tinha muitos madeireiros de fora, e de Imperatriz, aqui no Brejão era Raimundo Madeireiro, Chico Paulo, João da Cruz, eu, Juarez Careca e Moita Branca que mexiam com arroz, tinha também o finado Bizerrinha que era de Imperatriz” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017).

Só que esse domínio econômico foi se retraindo a partir de 1980 e nesse mesmo período começou-se também a instalação de alguns fazendeiros no município de São Francisco do Brejão. O rebanho bovino começa a se expandir nessa região, ultrapassando duzentas mil

cabeças de gado com valor total de 1,6 bilhões de cruzeiros (FRANKLIN, 2008). Mesmo com esse pequeno avanço da pecuária, nesse período a extração de madeira ainda era relevante. Franklin (2008) ilustra na tabela sobre a quantidade de madeira serrada nesse período.

**Tabela 05** – Madeira serrada de 1988-1993.

Ano	Número de Estabelecimentos	Produção Serrada
1988	66	59.718,799 m ≥
1990	56	148.095,052 m ≥
1992	44	41.321,806 m ≥
1993	36	59.605,687 m ≥

Fonte: (BARROS apud FRANKLIN, 2008).

Os dados da **Tabela 05** demonstram uma forte produção de madeira serrada, porém esses elementos são apenas fragmentos do real processo de extração, pois na maioria das vezes, essas madeiras não eram beneficiadas na cidade de Imperatriz. Só alguns madeireiros vendiam as toras extraídas na zona rural para a cidade de Imperatriz, na maioria dos casos essas toras eram beneficiadas em outros estados.

O antigo morador e ex-madeireiro do município relata as dificuldades enfrentadas para extrair madeira na área do atual município de São Francisco do Brejão, e de como acontecia todo o processo, desde a extração, até a venda na cidade vizinha:

A madeira é um ramo muito grosseiro, pesado a estrada era ruim. A gente mesmo fazia as estradas. A gente demorava duas horas daqui para fazenda e mais duas horas do brejão para o trecho seco. A gente puxava no Pará e era muito melhor. Lá os empresários faziam as estradas e aqui não. A gente transportava as toras e vendia em Imperatriz, nas serrarias que faziam prancha ou compensado, a Domasa, Fachini, e muitas outras. A economia regional da época era essa. (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017)

Esse ramo foi perdendo seu espaço com o passar dos anos, dado constatado a partir do relato de um antigo morador e ex-madeireiro. Ele descreve que exercia essa atividade por opção, devido ser passageira. “Eu puxava tora por uma opção de renda e não como profissão, eu tava abrindo a fazenda e puxava a madeira e sai pro Pará, porque comprei terra lá também. Comprava as madeiras dos vizinhos também” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017).

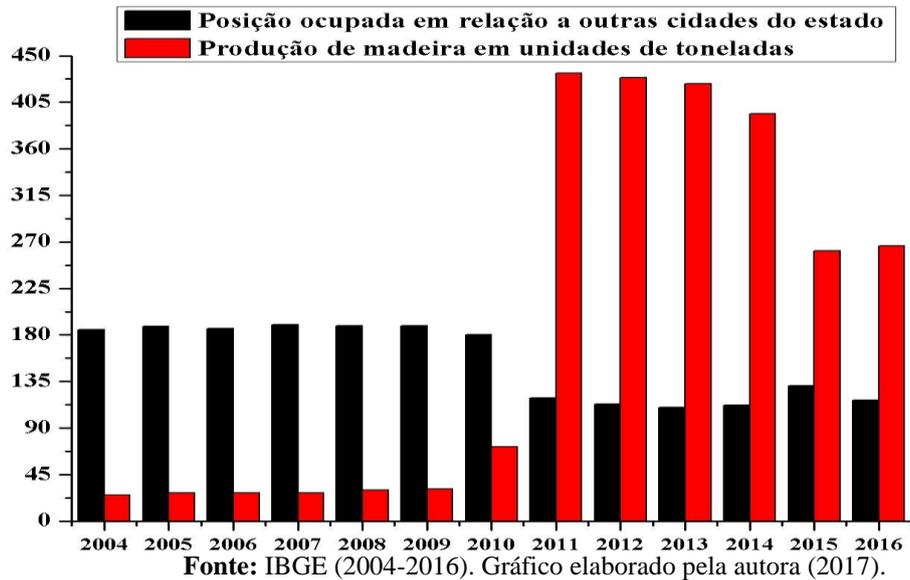
Essa atividade literalmente estava abrindo espaço para outra atividade econômica, como afirmou o antigo morador, abriu a área para a criação de gado e ainda lucrou com isso, vendendo as toras de madeiras retiradas no processo de limpeza de sua fazenda.

Franklin (2008) descreve, assim como o antigo morador e ex-madeireiro, que o desmatamento era algo intenso na região, o roncar dos motosserras tornou-se a “música do progresso”. Enquanto o desmatamento avançava, reduzia-se o espaço da pequena agricultura e abriam-se áreas para a plantação de capim e criação de gado. Um “ciclo”, segundo o autor, começava a se sobrepor ao outro.

A partir do senso do IBGE (2004-2016) pode-se verificar a produção de madeira em unidades de toneladas e a posição atual do município São Francisco do Brejão em relação às outras cidades, ver **Gráfico 01**. É notório a oscilação dessa atividade de extração no município, que teve baixos índices no período de 2004, produzindo 25 t, já em 2010 foram produzidas 72 t. Essa produção só retoma o crescimento em 2011, chegando a uma produção de 433 t, se mantendo estável até 2013, com 423t. A partir de 2014, houve uma queda novamente na extração de madeira. Em se tratando da posição do município em relação as outras cidades, esse município sempre ocupou o centésimo lugar, mostrando sua singela colaboração nesse período.

De acordo com os dados, a extração de madeira e seu beneficiamento constatados no último senso encontram-se assim: em primeiro lugar está a produção de carvão vegetal com 266 t, produzindo um valor de 101,00 (x1000) R\$. Em segundo lugar está a produção da madeira em tora, que é de 300 por m<sup>3</sup>, com um valor da produção de 54,0 (x1000) R\$. E em terceiro lugar a produção de lenha com 168 por m<sup>3</sup>, o valor dessa produção chega a 3,0 (x1000) R\$.

**Gráfico 01** – Produção de madeira em São Francisco do Brejão/MA e sua posição em relação às outras cidades do estado do Maranhão.



A extração de madeira foi e sempre será um ramo lucrativo, entretanto, essa atividade necessita dos recursos naturais. A área do atual município de São Francisco do Brejão não foi respeitada no seu primeiro período de extração, devido à reposição dessas florestas devastadas não ter acontecido, acarretando assim na extinção dos recursos (madeira). Os recursos naturais necessitam de tempo, no que se refere a sua regeneração e recomposição, por isso existe essa oscilação na extração de madeira.

### 3.3. Leite

Percebe-se nesse percurso histórico dos domínios econômicos (arroz e extração de madeira) que a criação de gado era algo comum, sempre estava em consonância com as outras atividades, como, por exemplo, a figura do camponês nordestino, que também tinha o costume de criar seus animais para o consumo familiar. Assim a produção pecuarista era tímida no território do atual município, haviam poucos latifundiários nos dois primeiros domínios econômicos. A pecuária começa a se destacar na área do atual município a partir do período de extração de madeira, já que esse processo de limpeza das áreas desencadeava grandes extensões de terras limpas onde se plantava pastos e criava-se um número bem maior de gado, em relação

à criação do consumo familiar. E é a partir desse processo que a pecuária foi se intensificando cada vez mais como conta o antigo morador do município:

Aí eu cheguei do Ceará papai comprou uma área e nós fomos extrair madeira e derrubar mata, plantar arroz, plantar capim, puxava a nossa madeira, comprava a madeira dos vizinhos. E aí no decorrer do tempo a economia foi mudando para a pecuária, a pecuária foi crescendo, quem tinha um gadinho era só Alicio Baiano, João Brito, o velho Severiano mais a família dele, Domécio, o velho Adilino Nolasco e aqui no brejão mesmo, só quem tinha um gadinho era nós que trouxemos, Laldimiro, aí tinha muito dono de terra por aqui que hoje já não existe mais a maioria morreu. (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017)

Ele relata que no início do povoamento da área, onde se encontra o atual município de São Francisco do Brejão, existiam poucas criações de gado, com um número escasso de animais. Segundo o antigo morador, “Os baianos entraram com a pecuária, subindo do Pequiá pra cá, aí nós vinhamos do Ceará e trouxemos 34, gados já tinha alguns que tinham umas vaquinhas aqui, manezinho da Dona Maceda, mais tudo coisinha, tudo começando. Aí no decorrer do tempo, foi plantando pasto e crescendo a pecuária e virou isso que tá aí” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017).

A produção do arroz e a extração de madeira se mantiveram em alta de 1990 a 1995. A partir desse período, a pecuária começou a ganhar espaço, mas essa realidade não se restringiu somente ao âmbito do território do atual município de São Francisco do Brejão, o estado do Maranhão também estava em transição em relação aos domínios econômicos, pois o rebanho bovino estava em crescimento, como apontam Moreno e Pimentel (2012, p. 05):

Em agosto de 1996, das 3.902.609 cabeças que compunham o rebanho bovino do Estado, 1.409,6 mil eram vacas em condições de procriar. No período de 1995/1996 nasceram 804,8 mil bezerros, dos quais 67,2 mil foram dados como vitimados antes de terem completado um ano de vida. A taxa de natalidade é reduzida, indicando uma pecuária bovina extensiva. Por outro lado, a mortalidade de bezerros parece reduzida para os padrões do Estado.

Esse cenário de crescimento da pecuária que foi se estabilizando cada vez mais no estado, como também, na área do atual município. Esse avanço econômico contribuiu para a consolidação do processo de emancipação do município que ocorreu em 1994. Um morador descreve esse momento: “Trabalhamos na emancipação daqui duas vezes, a primeira vez não deu certo, mais na segunda deu” (PRIMEIRO MORADOR ENTREVISTADO 01, 2017). Todos esses domínios econômicos favoreceram nesse processo de emancipação do município,

o domínio do arroz foi atrativo para a efetivação de moradores. O domínio da madeira acelerou o crescimento populacional e abriu caminho para o domínio da pecuária, que foi se tornando cada vez mais significativa e colaborou bastante nesse processo.

Com a emancipação do município e sua liberdade administrativa, passa-se a criar autonomia, o número de fazendas começa a crescer, como também, o rebanho, tanto para pecuária de corte (produção de carne), quanto para a pecuária leiteira (produção de leite). Mas, o que ganha espaço, com o passar do tempo, é a pecuária leiteira, e o município passa a ser conhecido como uma das bacias leiteiras do estado do Maranhão. Moreno e Pimentel (2012, p. 05) exemplificam o que seria essa bacia leiteira e onde ela se localiza no estado:

Bacia leiteira é uma zona de abastecimento formada por várias fazendas ou propriedades agrícolas que se dedicam à atividade de produção de leite, localizadas em uma determinada região, canalizada para um processador e destinada a um centro de consumo. Na região nordestina, puxada pelo crescimento do consumo das famílias, a produção de leite aumentou 89,5% entre 2000 e 2010. No Maranhão, as principais bacias leiteiras estão na região Tocantina e no Médio Mearim. A raça mais utilizada de gado leiteiro no Maranhão é a Girolanda, originada do cruzamento das raças gir e holandesa. A Girolanda é a raça responsável por 80% da produção de leite no Brasil.

De acordo com os autores Moreno e Pimentel (2012), na região tocantina são coletados cerca de 35 mil litros de leite por dia, e 90% desta produção é transformada em queijo. Mas, antes do processo de beneficiamento, o leite passa por laboratórios para o controle de qualidade.

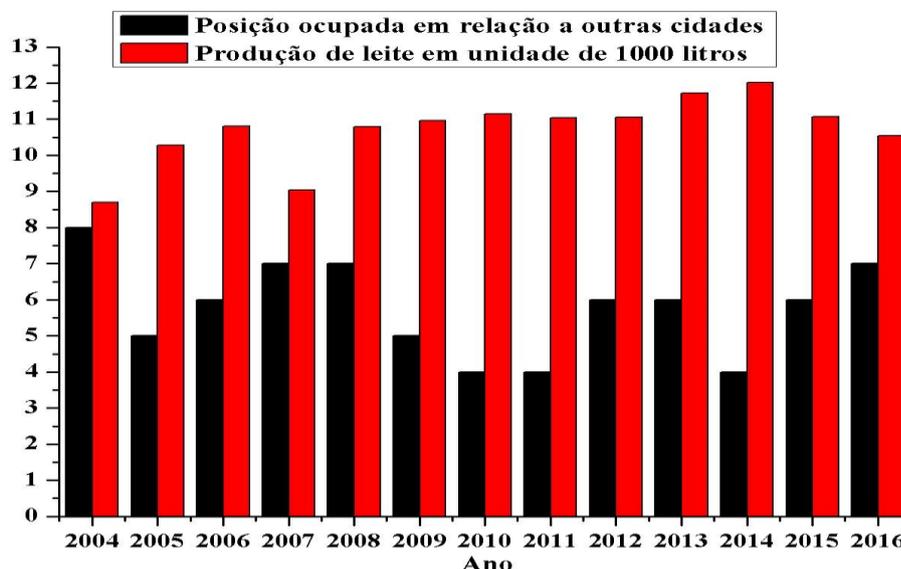
Os dados do IBGE (2004-2016), ver **Gráfico 02**, mostram o panorama da produção de leite no município nesses respectivos anos, e de como o seu desenvolvimento é constante em relação às outras cidades do estado do Maranhão. Sua posição mais significativa, em relação às outras cidades, ocorreu nos anos de 2010, 2011 e 2014, onde o município ocupava o quarto lugar, produzindo nesses respectivos anos, 11.138, 11.045 e 12.023 mil litros de leite.

É notório o crescimento da produção leiteira no município, apesar das oscilações no ritmo de produção, São Francisco do Brejão se destaca como umas das cadeias produtivas leiteiras do estado do Maranhão. E esse título de capital leiteira trazem consigo uma série de modificações sociais, tradições culturais<sup>7</sup>, como também, nas relações de trabalho.

---

<sup>7</sup>Em 2003 foi inaugurado no município o parque de vaquejada Raimundo Alves de Oliveira, e nesse mesmo ano ocorreu a I Vaquejada de São Francisco do Brejão, a festa é realizada no mês de junho, se inicia com uma cavalgada, são três dias de shows e de competição.

**Gráfico 02** – Produção de leite em São Francisco do Brejão/MA e sua posição em relação as outras cidades do estado do Maranhão.



Fonte: IBGE (2004-2016). Gráfico elaborado pela autora (2017).

A partir desse apanhado é importante compreendermos a relação dialética presente na atual configuração rural do Sul do Maranhão, presenciamos no primeiro capítulo o processo de fixação territorial latifundiária e no segundo capítulo destacamos o processo de inserção de São Francisco do Brejão na economia pecuarista leiteira. É possível verificar essa relação dialética, pois o latifúndio sul maranhense necessita da mesma configuração de dominação do período colonial. Entretanto, esse controle agropecuário, que ocorreu nesse período histórico, não é mais o mesmo, ele sofreu modificações, modernização e industrialização do setor. E essa diferenciação da atividade influencia diretamente nas relações de trabalho da pecuária que também vão se modificar com esses processos de inovação e industrialização.

#### **4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA**

Quando se fala em produção, modelos de produção e cadeias produtivas há uma interpretação errônea por sempre associarmos esses tipos de atividades a grandes fábricas ligadas principalmente aos centros urbanos, que possuem níveis bem significativos de operários ligados a diferentes funções e atividades. Mas existem diversos tipos, modos e modelos de produções, inclusive em outros espaços que não sejam especificamente nos centros urbanos,

como por exemplo, no campo, onde temos com grande frequência da agricultura e da pecuária. Apesar desses tipos de produção, na maioria das vezes, não ocupar um grande número de trabalhadores, são sim modos de produção, são cadeias produtivas, que mesmo atuando em micro ou macroestrutura tem suas relevâncias e seus impactos em diversas áreas da sociedade, como nas relações de trabalho.

O processo de organização da produção leiteira de São Francisco do Brejão foi delimitado neste trabalho a partir do termo cadeia produtiva, antes mesmo de destacarmos as relações de trabalho dentro dessa cadeia é preciso entender do que se trata uma cadeia produtiva. Segundo Machado (2014, p. 33) “uma cadeia é definida a partir da identificação de determinado produto final, e desse recorte é que vão se formando o encadeamento, de jusante a montante, incluindo as várias operações, técnicas, comerciais e logísticas, necessárias à produção”. A partir da colocação da autora, a cadeia produtiva nada mais é do que um sistema que envolve um conjunto de elementos e uma rede de relações funcionais que interagem entre si para alcançar um determinado objetivo.

As cadeias produtivas não são iguais, nem todas elas possuem os mesmos colaboradores, agentes e formas de organização. A partir disso, Perez (2003) menciona que as cadeias diferem entre si, pois cada cadeia é contemplada por características próprias, dadas as especificidades dos ativos envolvidos. Portanto, faz-se necessário, para seu conhecimento, a busca de informações sobre sua estrutura, seus atores, suas diferenças regionais, sua coordenação e seus níveis tecnológicos, dentre outros. A partir dessa realidade este trabalho destaca as particularidades da cadeia produtiva voltada à produção leiteira no município estudado, que possivelmente não terá as mesmas características de organização em relação a outras cadeias produtivas do mesmo setor.

Portanto, esses modelos de cadeia produtiva que ocorre por meio dessas sequências de atividades interligadas entre vários sujeitos e que resultam em um produto final fazem parte da realidade da produção leiteira do município, e é por meio dessa cadeia produtiva que analisamos as relações de trabalho.

#### **4.1. Relações de Trabalho**

O trabalho tem um papel fundamental na vida dos homens, e é por ele e através dele que o homem consegue modificar a natureza e fornecer materiais que geram riquezas em todo

o mundo. Porém, o trabalho não tem somente uma finalidade financeira na vida humana, Antunes (2013a) afirma que o trabalho é muito mais que isso, é uma condição básica e fundamental de toda vida humana, ou seja, pode-se afirmar que o trabalho transforma o próprio homem.

É a partir de todas essas ações cotidianas, repetitivas e do refinamento delas, que ocorreu a transição de macaco para homem. As necessidades modificaram esse macaco antropomorfo e seus órgãos. Por exemplo, a laringe do macaco foi sendo transformada assim que ele teve a necessidade da comunicação e a partir disso a pronúncia de sons exatos começaram a surgir. Antunes (2013a, p.18):

Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi se transformando gradualmente em cérebro humano que, apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição. E, à medida que se desenvolvia o cérebro, desenvolviam-se também seus instrumentos mais imediatos: órgãos dos sentidos.

Outro exemplo que evidencia a distinção do homem e do macaco, por meio do trabalho, é a alimentação. Devido ao fato de os macacos antropomorfos só conseguirem se alimentar daquilo que a natureza concedia. E essa alimentação era restringida a uma determinada área geográfica. Esses bandos procuravam alimento no terreno da manada vizinha, e esse era o maior trajeto que faziam para buscar alimentação, e na maioria das vezes essa comida era disputada entre os grupos. Mas, a fonte de alimento nunca ultrapassava daquilo que a natureza disponibilizava. A partir dos aperfeiçoamentos feitos, por meio do trabalho, condicionaram explorações, descobertas e conseqüentemente outras formas de alimentação.

Não há dúvida de que essa exploração rapace contribuiu em alto grau para a humanização de nossos antepassados, pois ampliou o número de plantas e as partes das plantas utilizadas na alimentação por aquela raça de macacos que superava todas as demais em inteligência e em capacidade de adaptação. Em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecia ao organismo novas e novas substâncias, com que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos. Mas tudo isso não era trabalho no verdadeiro sentido da palavra. O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. (ANTUNES, 2013a p. 20)

Nota-se em todos esses exemplos, no processo de mudança do macaco para homem, a centralidade do trabalho na transformação do ser social. Lukács (2013) utiliza-se da categoria trabalho como uma categoria ontológica, ou seja, aquilo que faz parte, que é gênese do ser

humano. Porque a partir da transformação da natureza, por meio do trabalho humano socialmente realizado, e das modificações que o ser humano faz para suprir suas necessidades e demandas, ele automaticamente se transforma em homem.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. Com razão, diz Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”. (LUKÁCS, 2013, p. 44, destaques do original)

Portanto, o trabalho é uma processualidade e uma relação dialética. Ele é dialético por ser uma categoria em qualquer modo de produção que exista, seja ele capitalista ou não, mas, também é um processo, porque a partir do momento que existe a realização de trabalho, e o homem modifica a natureza, ele também se modifica. Antunes (2013a, p. 32, destaques do original) exemplifica essa situação dialética:

O estado [situação] em que o trabalhador se apresenta no mercado de trabalho como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado [situação] em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem.

No momento em que o trabalho no processo relacional do modo de produção capitalista passa a ser individual, ou sujeito à modificação junto à natureza, é considerado conflituoso e dialético. Antunes (2013a, p. 41) afirma:

O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. Primeiro: o trabalhador trabalha sob o controle capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja dispensada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho exija. Segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia – pertence-lhe, portanto, durante um dia. Ao comprador de mercadoria pertence a utilização da mercadoria, e o possuidor de força de trabalho dá, de fato, apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. A partir do momento em que ele entrou na oficina capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista.

Ele é conflituoso e dialético, no sentido do conflito capital e trabalho, por conta da relação hegemônica formada em estrutura e superestrutura que determina o modo de vida baseado no trabalho. Formado a partir daqueles que não detêm o trabalho, mas têm os meios de produção e é retentor da força de trabalho é composto também por aqueles que vendem sua força de trabalho. O trabalho passa a ser uma categoria e um elemento do conflito nessa relação de capital, trabalho esse que gera sistema capitalista de produção.

Segundo a perspectiva marxista, esse crescimento e dominação do capital só se tornam possível através da exploração da força de trabalho, que conforme a concepção de Marx e Engels (1976, p. 27) acontece da seguinte forma:

O capitalista põe o seu operário a trabalhar. Ao fim de determinado período o operário lhe fornece a quantidade de trabalho representada por seu salário semanal. Suponhamos que o salário semanal de um operário equivale a três dias de trabalho; se o operário começa a trabalhar na segunda-feira, terá reembolsado ao capitalista na noite de quarta-feira o valor integral de seu salário. Mas deixa ele de trabalhar depois disso? Não. O capitalista lhe comprou o trabalho de uma semana: o operário tem, portanto, que continuar trabalhando os três dias que faltam para completar a semana. Esse sobre trabalho do operário, depois de cobrir o tempo necessário para reembolsar ao patrão o seu salário, é a fonte da mais-valia, do lucro, do incremento progressivo do capital. E não se diga que é uma suposição arbitrária o fato de o operário ressarcir em três dias, trabalhando, o salário que percebe, e durante os três dias restantes trabalhar para o capitalista.

E essa nova concepção de trabalho vai se modificando conforme o sistema produtivo dominante que se reconfigura. Os modelos produtivos, taylorismo/fordismo, que de maneira sintética podemos indicar. Esse binômio, é uma expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo praticamente de todo século XX, sobretudo a partir da segunda década. Baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada (ANTUNES, 1999, p. 36).

O sistema de acumulação de capitais teve um longo período de conquistas, tanto no auge do fordismo, como também na fase keynesiana, mas, no início dos anos 70 iniciou-se um período crítico, que segundo Antunes (1999, p. 29-30, destaques do original), foi causado pelas seguintes questões:

1) Queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do

capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativamente autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças as fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5) a crise do welfare ou do "Estado do bem-estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; 6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico.

Mas, essa crise precisava ser superada, portanto, esse sistema de produção iniciou uma reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, como por exemplo, o desenvolvimento do neoliberalismo, a privatização do estado, a desregulamentação de direitos trabalhistas, e outros, como sendo a reestruturação da produção e do trabalho.

Nota-se um visível ataque nessa reformulação do sistema de produção para superação da sua crise, vindos do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra a estrutura do sistema dos trabalhadores. A partir de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua *materialidade*, mas também teve profundas repercussões na sua *subjetividade* e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, fato que afetou a sua *forma de ser* (ANTUNES, 2002, destaques do original).

Como ressalta o autor, a classe trabalhadora vai modificar completamente a sua estrutura taylorismo/fordismo, que se caracterizava por ter uma forte participação dos sindicatos e por ter uma luta mais homogeneizada da parte dos trabalhadores. Com essa reestruturação do modelo produtivo, Antunes (1999) destaca que surge esse novo modelo de produção, que foi nomeado como Toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa da expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial. Foi uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país.

Esse novo modelo possui características diferenciadas dos padrões anteriores de produção, como por exemplo, a produção desse sistema é vinculada à demanda, que visa atender exigências individualizadas do mercado, e que é totalmente diferenciado do taylorismo/fordismo, onde sua produção tinha como prioridade uma fabricação em massa. Outro aspecto de mudança de um sistema produtivo para outro se deu na forma de organização dos trabalhadores, que no taylorismo/fordismo o trabalho fundamentava-se em equipe. Já esse novo sistema passa a ter um modo de organização individualista e flexível, aproveitando assim o maior tempo possível da força de trabalho. Antunes (1999, p. 54-55, destaques do original) evidencia outras mutações sofridas com esse novo modelo, são elas:

5) funciona segundo o sistema de kanban, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo; 6) as empresas do complexo produtivo toyotista. Inclui as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada. Ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior. A fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção. Tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada "teoria do foco") e transfere a "terceiros" grande parte do que antes era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas "terceirizadas", acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede e fornecedores. Desse modo. Flexibilização. Terceirização. Subcontratação. CCQ. Controle de qualidade total, kanban, just in time. kaizen, teamwork. Eliminação do desperdício. "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos. São levados para um espaço ampliado do processo produtivo; 7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs). Constituindo grupos de trabalhadores que são instados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho. Com vistas a melhorar a produtividade das empresas. Convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoirfaire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava; 2º 8) o toyotismo implantou o "emprego vitalício" para uma parcela dos trabalhadores das grandes empresas (cerca de 25 a 30% da população trabalhadora, onde se presenciava a exclusão das mulheres), além de ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade. O "emprego vitalício" garante ao trabalhador japonês que trabalha nas fábricas inseridas nesse modelo a estabilidade do emprego, sendo que aos 55 anos o trabalhador é deslocado para outro trabalho menos relevante. No complexo de atividades existentes na mesma empresa.

O sistema de produção sempre foi perverso, mesmo antes da reestruturação do modelo de produção dos anos 1970, sempre necessitou de uma desigualdade e exploração para se manter intacto. Com a sua crise, se reconfigurou, e essa modificação, foi baseada basicamente em mais exploração que ataca principalmente as classes subalternas, como a classe trabalhadora. Ocorre uma privatização do Estado e esse novo sistema impõe um mercado que exige um trabalhador qualificado, polivalente, flexível e multifuncional. As empresas se

modificam também, basicamente a forma de administração das vagas disponíveis, passam a terceirizar a grande parte das vagas de emprego, ficando com uma pouca porcentagem de vagas vinculadas a empresa matriz.

Nota-se, em todo esse processo, uma precarização na categoria trabalho, o trabalhador sempre foi explorado, e é a lógica do sistema no qual ele está inserido. Mas, com essa reestruturação do modelo produtivo, percebe-se que essa exploração fica ainda mais grave, pois todas essas transformações mencionadas anteriormente afetaram bastante os trabalhadores. E como consequência, a mais importante característica da classe trabalhadora também foi atingida, a saber, a homogeneização dessa classe, no que se refere principalmente a luta por seus direitos, que esse novo sistema também abalou, fazendo com que essa classe se fragmente e fique individualista, tornando essa classe vulnerável aos ataques do sistema de produção.

#### **4.2. Cadeia Produtiva Leiteira**

Através da compreensão do que se trata uma cadeia produtiva, reiterado nesse trabalho como um sistema de funções interligadas a sujeitos produtivos, com funções diferenciadas que desenvolve um produto final. É preciso entender e visualizar a cadeia produtiva leiteira no município estudado, quem são seus agentes? Quem participa? Quem não participa? Quais as funções que os sujeitos dessa cadeia produtiva leiteira desempenham? A cadeia de São Francisco do Brejão desenvolve as mesmas atividades e contém os mesmos sujeitos que as outras cadeias produtivas espalhadas pelo Brasil? É por meio dessas questões que analisaremos a cadeia produtiva leiteira do município.

A cadeia produtiva leiteira do município já teve configurações diferenciadas da que ocorre atualmente, e para entendermos melhor essa nova versão é preciso compreender quais etapas ela teve.

E é, a partir do processo de ocupação da área onde fica o município, que várias famílias ocuparam pequenas, médias e grandes áreas, para fazer roça e criar animais, como já foi colocado no capítulo anterior. Mas, com o tempo, as famílias não conseguiram manter as suas propriedades e começaram a vender partes, ou todas as suas terras para os latifundiários. Nessa época em específico, a produção leiteira era voltada mais para a subsistência das famílias, e em algumas dessas propriedades, a venda do leite era uma realidade distante. Essa primeira etapa é configurada em uma criação de gado, extração do leite e beneficiamento voltados para a

subsistência das famílias, pois outras atividades produtivas eram bem mais importantes e rentáveis, como por exemplo, as plantações de arroz e a extração de madeira.

Após o fim esgotamento das atividades econômicas supracitadas, que não necessariamente ocorreram só a nível municipal, mas estadual e nacional, fica evidente que se precisa reconfigurar a economia. Após o processo de extração de madeira surgiram áreas limpas e prontas para construção de pastos. É a partir daí que a pecuária leiteira ganha força e a cadeia produtiva fica bem mais evidente. Dificilmente se visualiza pequenas propriedades, nesse período, vamos ter mais médias e grandes propriedades. O cenário vai se reconfigurar e não vamos ter uma criação, extração e beneficiamento do leite somente vinculado a subsistência das famílias, há agora uma tendência para comercialização dos produtos finais.

O que vai marcar essa organização será principalmente a “informalidade”, no que diz respeito à fabricação e venda dos produtos. Por exemplo, nesse período a produção não será centralizada a um ou dois laticínios que ficam na sede (município), mas a vários laticínios que se encontram em povoados rurais do município, como Cento do Zezinho, Cento do Robertão, Capemba D’água, Pé da Serra, Pequiá dos Baianos, entre outros. E nesses povoados existiam vários produtores que fabricavam os derivados do leite, queijo, manteiga e requeijão e para além das fabricações desses povoados, existiam também laticínios na sede (município). O que vai marcar a configuração dessa etapa da cadeia produtiva é que não vai haver de forma significativa a figura do transportador, pois os proprietários vendiam ou fabricavam os seus produtos em uma distância pequena. Os únicos momentos que se necessitava desse serviço era quando os compradores de fora do município iam buscar as mercadorias e eram responsáveis pelo transporte, ou, quando os laticínios da sede (município) que iam buscar o leite em fazendas distantes, mas em um número bem pequeno em relação aos dias de hoje. Portanto, vamos ter basicamente uma relação mais entre produtores e distribuidoras, já que a figura do vaqueiro, na maioria das propriedades, vai ficar a cargo dos membros da família (filhos, genros, entre outros), uma relação não oficializada como profissão.

Mas, com o processo de modernização e industrialização do setor lácteo, que se inicia na extinção da tabela de preços do leite, seguido da padronização da produção e da exportação do produto para outros países, esse cenário se modifica. Ou seja, o modelo que estava sendo efetuado no município começa a ser visto como “informal” e precisa se adaptar as novas exigências, trataremos desse assunto com mais clareza no próximo tópico. Rapidamente alguns

laticínios se adaptaram as novas exigências do mercado, e isso acabou reconfigurando toda a cadeia. Com a padronização dos laticínios, a produção leiteira acaba se concentrando nesses estabelecimentos e o serviço de transporte acaba se tornando indispensável para a captação do leite. Com o desmonte dessas produções familiares, a profissionalização do vaqueiro vai ser uma realidade dessa nova etapa. É possível visualizar a atual cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão da seguinte forma: Fazendas (Produtor e Vaqueiros), Transportador (Motorista e Ajudante) e Laticínios (Administração e Queijeiros).

Após o detalhamento dos tipos de cadeias produtivas leiteiras que ocorrem no município, é preciso fazer uma comparação a outros tipos de cadeias leiteiras, para que possamos identificar sujeitos que se aproximam ou não da realidade estudada. Machado (2014) faz uma adaptação de uma tabela que especifica a cadeia produtiva leiteira de Goiás, a partir de Gomes e Leite (2001), essa cadeia se configura da seguinte forma: Indústria de Insumos; Produção Primária; Captação; Indústrias Processadoras; Distribuição; Mercado e Consumo. As nomenclaturas são distintas, mas a autora cita alguns processos semelhantes ao do município estudado, como Produção Primária, Captação e Indústrias Processadoras. A autora vai para além do objetivo dessa pesquisa, pois acrescenta e em sua análise o que ocorre após o processo de fabricação desses produtos, a comercialização e o consumo.

Analisar e compreender essas etapas da cadeia produtiva e de suas diversas modificações no aspecto produtivo vai configurar uma série de impactos econômicos e sociais, no que diz respeito principalmente nas relações de trabalho, que vão ser distintas em todas essas temporalidades da cadeia produtiva.

#### **4.3. Desenvolvimento Industrial e seus reflexos na produção leiteira e nas relações de trabalho**

Através dessas mudanças na forma de organização da cadeia produtiva leiteira é possível identificar transformações em outras instâncias, como no espaço e nas relações sociais do município estudado. O processo de modernização dessa categoria econômica foi crucial para o início dessas mudanças. Em um primeiro momento, o beneficiamento leiteiro em quase todo o Brasil, e especificamente no estado do Maranhão, era caracterizado pela “informalidade” e pelos processos artesanais na produção de queijo, manteiga, doces, entre outros produtos. Mas,

com o tempo essa forma “simplista” de fabricação é reconfigurada por meio da IN 51<sup>8</sup> que propõe a esses pequenos produtores brasileiros que se ajustem as normas de qualidade do mercado, para que se pense na exportação desses produtos. A microrregião homogênea (MRH)<sup>9</sup> de Imperatriz/MA, também necessita se adequar a essas instruções. Conforme Carneiro (2015, p. 05, destaques do original), esse combate à informalidade vai se intensificar:

O número elevado de unidades produtoras de leite na microrregião e as novas exigências inferidas através da Normativa 51 implicam no aparecimento de eventos para conscientização e luta contra a produção informal. Dessa forma, no ano de 2012, o Sindicato de Leite e Derivados do Estado do Maranhão (SINDILEITE) solicita, junto ao Ministério Público Estadual, medidas de combate à venda do leite *in natura* e do queijo produzido em estabelecimentos informais.

Toda essa nova configuração que luta contra a “informalidade” da produção leiteira e dos seus derivados, resultou em uma mudança no cenário de produção e beneficiamento leiteiro no município de São Francisco do Brejão. Porquanto, antes dessa configuração, o leite era extraído e muitas vezes beneficiado nas propriedades dos próprios produtores rurais que faziam todo o processo por meio da “informalidade”, não atendendo todas as necessidades de grandes indústrias lácteas.

O início dessa atividade econômica no município ocasionou uma série de desdobramentos, no que se refere principalmente ao modo de organização da produção leiteira. Antes dessa normativa que se deu primeiramente em âmbito nacional e posteriormente em instância estadual (MA), os produtores de leite podiam fazer o beneficiamento da produção na sua própria propriedade, por exemplo, na fabricação de queijos, doces e manteiga. Quando o produtor não tinha equipamentos e nem uma produção significativa, ele redirecionava sua produção para o laticínio mais próximo de sua propriedade. Antes dessa normativa, existiam na cidade vários laticínios, porém, esses laticínios eram de pequeno porte. Segundo Antunes (2013b, p. 231-232), essa tendência ao modelo de produção industrializado tinham que ser desenvolvidos em todos os espaços, sejam eles citadinos ou rurais, e precisam se adequar as

---

<sup>8</sup> Instrução Normativa (IN) 51/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que sugere uma série de exigências quanto à produção de leite no Brasil; exigências que dizem respeito aos procedimentos de ordena do leite nas propriedades rurais, as condições de sua refrigeração e o transporte do leite até a indústria.

<sup>9</sup>De acordo com o IBGE, os seguintes municípios compõem a Microrregião Homogênea (MRH) de Imperatriz: Açailândia, Amarante do Maranhão, Buritirana, Cidelândia, Davinópolis, Governador Edison Lobão, Imperatriz, Itinga do Maranhão, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Vila Nova dos Martírios.

novas formas de produção capitalista, como também nas novas configurações do trabalho assalariado:

Vimos ser tendência constante e lei de desenvolvimento do modo capitalista de produção separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar em constelações cada vez maiores os meios de produção dispersos, ou seja, converter o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. E a essa tendência corresponde, noutro plano, o fato de a propriedade fundiária, como entidade autônoma, se dissociar do capital e do trabalho, isto é, a conversão de toda propriedade fundiária à forma adequada ao modo capitalista de produção.

Em média, se distribuía no município, cerca de 5 ou 6 laticínios, além desses espaços de beneficiamento de leite encontrados em São Francisco do Brejão, poderiam ser encontrados modos de beneficiamentos nas propriedades rurais do município. Após o surgimento da normativa, nem os pequenos produtores, e nem os laticínios com produção baixa conseguiram se adequar à normativa, pois se tratava de uma série de exigências de estruturas físicas, equipamentos, produtos químicos e outros. E os pequenos produtores não disponibilizavam recursos para custear todas essas normas. Apenas os grandes produtores poderiam viabilizar uma quantia significativa para aplicar nessas superestruturas solicitadas pela normativa. E de fato o primeiro laticínio de grande porte e com selo de exportação, a nível federal, foi construído a partir do financiamento de um grande produtor, o laticínio São Francisco, foi o primeiro a se “adequar”. Segundo Machado (2014, p. 42), essa normativa proposta pelo governo tinha as seguintes intenções:

A partir daí o Governo passou a dar maior atenção a outras questões que não o preço, como: formação e liberação de estoques; impostos sobre a produção e comercialização; geração e difusão de tecnologias; disponibilidade de crédito; controle dos oligopólios para evitar abusos econômicos; importação de fatores da produção e sobre o estabelecimento de normas e fiscalização quanto à qualidade os produtos lácteos – criando a Instrução Normativa 51, em 2002, que trata dos regulamentos técnicos de produção, identidade e qualidade dos leites tipo A, B e C, do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado, e do regulamento técnico da coleta de leite cru refrigerado e seu transporte em prol da qualificação da cadeia do leite.

E a partir do momento que o laticínio São Francisco se adéqua em estruturas físicas, em equipamentos, em higiene, em produtos químicos, entre outros, o grupo administrativo do laticínio se organizou para denunciar os pequenos produtores que não seguiram as normas exigidas pela IN 51. E assim fizeram, denunciaram aos órgãos responsáveis pela fiscalização

os pequenos laticínios. Os pequenos produtores que estavam beneficiando o leite, e alguns produtores, resistiram, mas com a chegada das multas, eles pararam com a fabricação.

A configuração atual dessa produção de leite e do seu beneficiamento no município está pautada nessa ideia de padronização, para que haja a exportação, principalmente do queijo para os outros estados brasileiros. Essa reconfiguração de pequena produção para uma produção maior é direcionada principalmente para o processo exportação, que fez crescer o número de postos de trabalho no município, ligados diretamente a essa atividade leiteira. Mas o crescimento no número de vagas de emprego não necessariamente configura em melhores condições de trabalho.

Essas modificações que alteram a dinâmica dessa atividade vão atingir diretamente a cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão, no que diz respeito às relações de trabalho. Como mencionado anteriormente, a partir desse processo de industrialização do setor lácteo, os postos de trabalhos ligados essa atividade cresceu. Porém, as condições para tal não são as melhores, se compararmos a situação anterior a qual os trabalhadores se encontravam.

Diante de todas essas circunstâncias, o município passou a aderir uma tendência industrial. E hoje dispõe de dois grandes laticínios, o Laticínio Aliança (Matriz) e o Laticínio São Francisco (Filial). O primeiro laticínio trabalha atualmente com 117 produtores de leite, com 34 funcionários internos e externos<sup>10</sup> e recebem por dia 21.300 litros de leite. Já o segundo laticínio tem 58 produtores de leite, 7 atravessadores<sup>11</sup> e arrecadam 20.917 litros de leite diariamente.<sup>12</sup>

Segundo os dados do IBGE (2010, meus destaques), as principais atividades empregatícias que movimentam os postos de trabalho no município de São Francisco do Brejão/MA são:

*Administração pública, defesa e seguridade: homens 62 e mulheres 69. Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura: homens 1.358 e mulheres 248. Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação: homens 5 e mulheres 5. Alojamento e alimentação: homens 9 e mulheres 23. Artes, cultura, esporte e recreação: homens 6. Atividades administrativas e serviços complementares: homens 17 e mulheres 15. Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados: mulheres 4. Atividades imobiliárias: mulheres 5. Atividades*

---

<sup>10</sup> Internos são os trabalhadores que fazem suas atividades no laticínio e que beneficiam o leite, o setor administrativo, laboratório e serviço de limpeza. Os externos são os transportadores (motoristas e ajudantes).

<sup>11</sup> Que ou o que exerce suas atividades colocando-se entre o produtor e o comerciante varejista (diz-se de negociante); intermediário.

<sup>12</sup> Dados cedidos pela administração do Laticínio Aliança.

*mal especificadas: homens 76 e mulheres 60. Atividades profissionais, científicas e técnicas: homens 15 e mulheres 6. Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas: homens 213 e mulheres 126. Construção: homens 113 e mulheres 5. Educação: homens 61 e mulheres 95. Indústria e transformação: homens 120 e mulheres 26. Indústria extrativas homens 8. Informação e comunicação: homens 11 e mulheres 6. Outras atividades: homens 11 e mulheres 75. Saúde humana e serviços sociais: homens 18 e mulheres 14. Serviços domésticos: homens 14 e mulheres 153. Transporte, armazenagem e correio.*

Apesar da variedade de atividades empregatícias levantadas pelo IBGE, que vai desde atividades administrativas, às domésticas e a do setor de construção, há um desempenho significativo e dominante nas atividades ligadas a agricultura, pecuária, pesca e outras. É notório o monopólio dessas atividades no município diante do contexto histórico econômico que foi evidenciado nessa pesquisa, ou seja, há consequentemente um destaque no mercado de trabalho dessas atividades dominantes. Mas será que essas atividades que oferecem os maiores números de postos de trabalhos são também as que oferecem as melhores condições de trabalho? Para compreendermos essa questão, utilizaremos como ponto de partida as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão, iniciando essa análise a partir da realidade dos laticínios, posteriormente no ambiente do transporte e por fim no dia-a-dia nas fazendas.

#### **4.3.1. Laticínios**

A visita ao campo foi uma etapa extremamente complexa, pois houve dificuldades e barreiras para o diálogo com os trabalhadores da cadeia produtiva leiteira. O nosso primeiro contato com o campo se deu a partir de visitas aos laticínios de São Francisco do Brejão, eu e meu orientador fizemos duas visitas (17/11/2017 e 21/06/2018) a esses laticínios, visitas essas que foram acordadas com a administração do local. Essas visitas ocorreram com a presença do meu orientador pelo fato de que eu tentava um contato individual com a administração dos laticínios só que não conseguia um retorno, eles concordavam em me receber se eu estivesse junto ao meu orientador.

No dia 17/11/2017, fizemos nossa primeira visita ao laticínio São Francisco, mas a administradora não estava no local, outros funcionários nos receberam e comunicaram que a administradora estaria no laticínio Aliança. Devido a isso, fomos até o outro laticínio e tivemos uma pequena conversa sobre a pesquisa que estávamos realizando, e de como iríamos precisar

do auxílio dos laticínios para a realização da pesquisa, a fim de que pudéssemos fazer visitas e entrevistas. A administradora concordou em colaborar com a pesquisa e relatou um pouco sobre o cotidiano do laticínio, como funciona o sistema dos produtores, dos transportadores, as dificuldades desse mercado, e como o clima (inverno e verão) interferem nessa produção. E também falou sobre suas experiências em outro laticínio na cidade de Açailândia. A administradora se mostrou a disposição da pesquisa e frisou que a acha importante, pois é uma economia importante para toda a região (Sul do Maranhão). Essa visita e as outras que ocorreram sempre foram muito dificultosas, a administradora sempre parecia disposta a colaborar com a pesquisa, mas ao mesmo tempo não, raramente estava no local e na hora acordada, a exemplo do que aconteceu na primeira visita, sempre desviava as perguntas relacionadas à pesquisa e acabava falando sobre outros assuntos paralelos e nunca nos convidou para conhecer as instalações e nem a fábrica do laticínio.

Na segunda visita que realizamos, fomos recebidos no laticínio São Francisco pela mesma administradora de antes, o intuito desta visita consistia em adquirir mais dados sobre o laticínio, no que diz respeito a número de funcionários, captação de leite e de como funcionava a rotina dentro da fábrica. E também para ter uma proximidade nos laticínios e nas suas atividades. Mas a administradora não tinha se preparado para organizar esses dados, e não os tinha no dia da visita, porém, prometeu que enviaria por e-mail. Pedimos que ela enviasse o número de trabalhadores envolvidos com o laticínio, desde o trabalhador da fábrica até os trabalhadores externos. Como havia ocorrido nas outras vezes, a administradora demorou muito para enviar os dados e enviou com muita insistência minha e do meu orientador. Em seguida, talvez pela nossa insistência, pediu um documento oficial da pesquisa, que foi apresentado no laticínio logo após a solicitação. Mesmo que de forma bem geral, sem muitos detalhamentos, enviou os dados solicitados, uma relação do número de funcionários que trabalham internamente e externamente no laticínio Aliança. Não foi disponibilizado a relação de trabalhadores do laticínio São Francisco. Outra forma de contato com o laticínio se deu por meio de uma tentativa de aplicação de um questionário com os funcionários. Embora a administradora não tenha autorizado a aplicação por mim, pediu que ela mesma pudesse aplicar, entretanto, ela nunca fez essa aplicação.

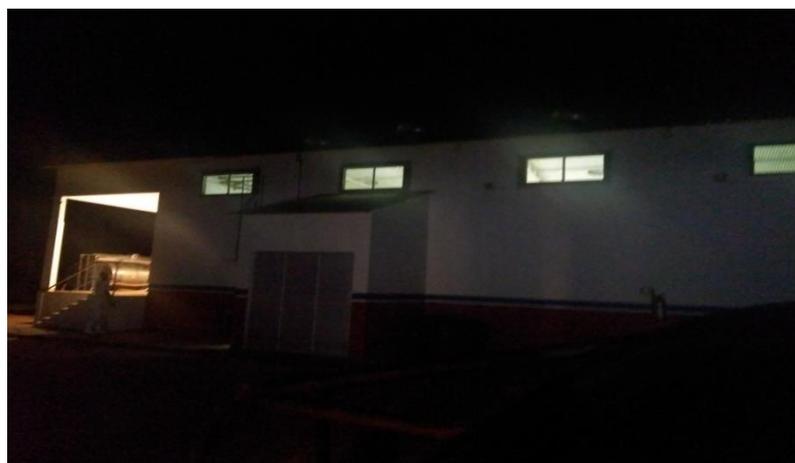
Durante a realização do trabalho de campo com o setor do transporte, tive contato com o laticínio, porém a administradora não foi nada receptiva ao saber que eu estava na rota com

os trabalhadores. Devido a esse fato, chamou o motorista para conversar na sala dela. Eu nem sei o teor da conversa, mas creio que tenha a ver com o acompanhamento da rota. A entrega das fichas para aplicação do questionário foi entregue nesse momento de observação com a área do transporte.

Os únicos contatos que tivemos com o laticínio foram esses três momentos relatados, pois não tivemos nenhum retorno e recepção para dar continuidade aos próximos passos da pesquisa, que seria uma interação com os funcionários da fábrica, por meio de entrevistas semiestruturadas, e aplicação de questionário que não foram possíveis de serem realizados.



**Imagens 03 e 04:** Fachadas do Laticínio São Francisco e do Laticínio Aliança.  
**Fonte:** Acervo da autora (2019).



**Imagem 05:** Laticínio Aliança. Antes de ir para as suas rotas os motoristas passam no laticínio para tomar café e encher suas garrafas de água, nesse horário 05h40min da manhã os funcionários da fábrica começam a chegar também.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

A não autorização do contato com os funcionários em ambiente de trabalho acabou gerando um desconforto desses trabalhadores que não se disponibilizaram para serem entrevistados fora do laticínio. Toda essa circunstância mostra a autoridade e pressão que esse setor coloca em seus funcionários, para que obedecem a todas as ordens que são colocadas dentro e fora dessa empresa. E todo essa obediência é definida pelo fato de que esses trabalhadores receiam pela demissão, pois dentro da cadeia produtiva quem trabalha nos laticínios são vistos como “melhores” por não trabalharem no “pesado” e ficarem próximos ao município, diferentemente daqueles trabalhadores que moram ou precisam se deslocar até as fazendas para poder exercer seu trabalho. Ocasionalmente seletividade e competitividade dos trabalhos desempenhados nos laticínios, porque o número de postos de trabalho no laticínio são bem restritos. No Laticínio Aliança são oferecidas 34 vagas (internos e externos), contudo não foi informado a quantidade de vagas do Laticínio São Francisco.

A subordinação técnica do operário à marcha uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos escalões etários criam uma disciplina tipo caserna que se perfaz no regime fabril completo e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão anteriormente referido, portanto, simultaneamente, a divisão dos operários em operários manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e sargentos da indústria. (ANTUNES, 2013b, p. 138)

Pelo fato de não se ter acesso a fábrica e nem aos trabalhadores, a análise para as relações de trabalho sobre essa seção da cadeia produtiva (laticínios) é feita a partir do pouco contato feito a esse ambiente e de algumas experiências anteriores. Dentro da cadeia produtiva existe essa separação entre o desempenho de uma função na fábrica (laticínio) e o de quem produz a matéria prima de forma simplista nas fazendas. A primeira atividade é vista como superior, porque se tem uma ideia de um trabalho que não é “pesado” (braçal) e a segunda é inferiorizado, pois são atividades “pesadas” (braçal). Entretanto, não é porque a atividade é exercida na fábrica que não vai haver, por exemplo, a ideia de o trabalho não ser “pesado” (braçal).



**Imagem 06:** Momento de depósito da produção de leite coletado nas fazendas. Os ajudantes dos motoristas que desempenham essa etapa abrindo cada tambor e colando um tubo que suga o leite para o local de armazenamento do leite.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

O trabalho dentro da fábrica de um laticínio é pesado sim, os trabalhadores ficam expostos a uma temperatura altíssima das caldeiras que fazem parte do processo de beneficiamento do leite.

Quando criança, estive em uma visita da escola em um laticínio, na época era um de pequeno porte, e fomos para ver a poluição que essa prática (beneficiamento leiteiro) causava ao um Riacho próximo à fábrica. Com o deposito de soro de leite indevido no córrego, na ocasião, entramos no ambiente de fabricação do queijo e lembro-me de ver uns quatro homens com roupas brancas. Eles estavam muitos suados, porque era um ambiente extremamente quente e pequeno, mexiam uma caldeira e outros modelavam uma massa branca. Além de estarem nessas condições de calor, e em uma atividade que requer uma boa condição física para manusear tanto as caldeiras, como também a massa do queijo, outra questão preocupante é a exposição a produtos químicos que são utilizados com frequência. Atualmente, é esse o processo utilizado para se chegar o mais rápido possível ao ponto de queijo, e assim produzir mais. Antunes (2013a, p. 66, destaques do original) compreende que existe uma configuração para que haja um bom desempenho produtivo, e isso não está atrelada a boas condições de trabalho e nem a valores de salários:

Do aperfeiçoamento progressivo das *forças sociais* do trabalho por causa da produção em grande escala, da concentração do capital, da combinação e da divisão do trabalho, da maquinaria, do aperfeiçoamento dos métodos, da aplicação de processos químicos e de outras forças naturais, da redução do tempo e do espaço graças aos meios de comunicação e de transporte, e todos os demais inventos pelos quais a ciência coloca

as forças naturais a serviço do trabalho, e pelos quais se desenvolve o caráter social ou cooperativo.

Pelo fato de não ter contato direto com a fábrica, é impossível identificar se ainda são utilizadas as mesmas maquinarias de antes, para a fabricação do queijo, ou se hoje, por exemplo, existem novas máquinas e técnicas diferenciadas para uma maior produção.

Em se tratando da regularização dos trabalhadores dos laticínios, no que diz respeito aos seus direitos trabalhistas, os trabalhadores eles são mais respaldados do que os outros sujeitos da cadeia produtiva, pois estão imersos em um ambiente que precisa ser fiscalizado constantemente. Apesar disso a administradora do laticínio, orgulhosamente, afirmou que eles possuem uma licença a nível federal para o processo de exportação, principalmente do queijo. Então, eles estão sendo fiscalizados com frequência para a manutenção dessa licença, e como o número de trabalhadores não é tão grande nas fábricas, conseguem administrar e manter de forma “coerente” a organização trabalhista da empresa. Dessa forma, os trabalhadores não são tão afetados, no que diz respeito aos direitos trabalhistas básicos, e em relação aos outros que compõe a cadeia produtiva.

#### **4.3.2. Transporte**

Logo, após o processo crescente de industrialização na produção leiteira no município estudado, há uma nítida necessidade de um setor de transporte eficiente que agilize todos os processos necessários para a produção leiteira. E em se tratando dessa produção, essa rapidez precisa ser bem mais eficaz, pois a manutenção da qualidade do leite deve ser mantida até o processo final de beneficiamento. Antunes (2013b, p. 84 – 85) relata a importância desse serviço (transporte) para o desenvolvimento da indústria:

Mas a revolução no modo de produção da indústria e da agricultura tornava nomeadamente necessária também necessária também uma revolução nas condições universais do processo social de produção, i. e., nos meios de comunicação e de transporte [...] e portanto, foram também de fato revolucionários, assim também os meios de transporte e comunicação transmitidos pelo período manufatureiro logo se transformaram em insuportáveis travões para a grande indústria com a velocidade febril da produção[..].

A primeira visita às fazendas ocorreu no dia 17/07/2018, esse contato foi feito por um transportador de leite e seu ajudante que são responsáveis pela coleta da produção de leite na

rota Cento do Zezinho. Antes de se direcionar a rota, o transportador passa no laticínio para tomar café, encher a garrafa de água e conversar com as meninas da limpeza, vigia e outros colegas de rota. Após isso, saímos do município as 05h15min da manhã em direção às fazendas, pela estrada vicinal do Robertão, que dá acesso a zona rural e ao Cento do Zezinho, a estrada é razoavelmente trafegável, a caminhonete que transporta o leite está em boas condições.

No referido dia, fiquei mais no campo da observação, atenta a rotina dos transportadores, como também, dos vaqueiros e do laticínio. A primeira parada do dia, por volta das 06h30min, foi na fazenda 01, onde o transportador deixou tambores de soro para o produtor, e os vaqueiros ainda estavam tirando o leite. A segunda parada foi às 07h00min na fazenda 02, cujo proprietário é o dono da rota (a rota acompanhada não é administrada pelo laticínio). O transportador e o ajudante fazem a higienização dos tambores de leite nessa parada, o desenvolvimento dessa atividade pode ser identificado nas **imagens 07 e 08**. Essa pausa para a limpeza foi justificada pelo fato de que eles chegam um pouco cedo, antes mesmo dos vaqueiros terminarem a coleta do leite. Essa pausa é de uma hora, ou seja, saímos em direção as outras fazendas às 08h00min, e como a produção da fazenda 01 e 02 são mais significativas, as demais ficam por último.

Após passar nas duas primeiras fazendas, o ajudante do motorista saiu da cabine e foi para cima da carroceria da caminhonete, e sem nenhum tipo de equipamento de proteção, recebeu os tambores de leite e organizou para que não caíssem de cima da caminhonete. E a partir do momento que eles passaram pela terceira fazenda, a que atrasou a coleta do leite, o motorista acelerou para compensar o atraso, e também para que o leite chegasse em bom estado no laticínio. Depois da fazenda 03, passamos pela 04, 05, 06, 07 e na 08, que é a última. Essa fica bem distante, isolada, e a estrada é péssima. Depois de passar na última propriedade, o motorista passou pelas fazendas 01 e 02 para coletar o leite, pois como a quantidade de coleta nessas fazendas eram maiores, os vaqueiros precisariam de mais tempo.



**Imagens 07 e 08:** Fazenda 01 momento de higienização dos tambores de leite que após a lavagem são repostos nas fazendas.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

Depois da fase da coleta, o próximo passo é ir o mais rápido possível para o laticínio, porque o leite é perecível e precisava ser refrigerado o quanto antes. O motorista foi em alta velocidade, pois, para além de correr riscos de perder o leite, precisa enfrentar fila para o armazenamento e coleta do soro (que os produtores pedem para usar como alimentação dos porcos). Dessa forma, quem chegasse mais cedo consequentemente sairia mais cedo, devido ao fato de serem dispensados após esse processo. E segundo o motorista, essa espera poderia se estender até as duas ou três horas da tarde. Ao chegar ao laticínio, uma técnica de laboratório fez a verificação da qualidade do leite, e autorizou o despejo e consequentemente o beneficiamento. Nesse dia, apesar da correia do transportador, eles ficaram no laticínio até duas horas da tarde, esperando o soro que estava em falta.

Já no segundo dia de visita a campo, 18/07/2018, acordada com os trabalhadores do transporte, esperei no horário marcado, às 05h00min da manhã, porém não passaram para me buscar. Em seguida entrei em contato com eles, mas disseram que já estavam de saída para a rota e não poderiam voltar, para não atrasar todo o percurso. Entretanto confirmaram que no outro dia não iriam esquecer. No terceiro dia 19/07/2018 foram me buscar no horário marcado, e no caminho percebi que não estavam mais dispostos a manter a semana inteira de visitas, e decidi, com essa nova configuração, partir para a entrevista, visto que poderia ser meu último

dia de visitas. As questões para a entrevista semiestruturada estavam prontas. Então, informei a eles que eu iria iniciar e se eles poderiam contactar os vaqueiros, por serem mais próximos a eles, fato que gera confiança. Eles concordaram, e de imediato iniciei os questionamentos.

Como eles não autorizaram que os nomes fossem divulgados, trataremos como Ajudante e Motorista as pessoas que participaram da entrevista. As perguntas feitas foram às seguintes: Qual a sua idade? Função? Quanto tempo trabalha nessa função? Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? Qual a função deles (as)? Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? E você trabalha de carteira assinada?

Qual a sua idade? 22. Função? *Batedor de tambor*. Quanto tempo trabalha nessa função? *Dois anos*. Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Não*. Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? *Só o pai*. Qual a função deles (as)? *Vaqueiro*. Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? *Acho que não, não lembro*. E você trabalha de carteira assinada? *Não*. (AJUDANTE, 2018, meus destaques)

Como podemos deduzir, o Ajudante entrevistado assim como os demais que trabalham nessa função precisam ser jovens, pois para desempenhar a função é preciso ter boas condições físicas, como por exemplo levantar mais de dez tambores de cinquenta litros de leite por dia. Às vezes ele recebe ajuda do motorista e de outro ajudante que o acompanhou em uma parte da rota, mas na maioria do percurso desempenha essa função sozinho. O Ajudante está na função há pouco tempo, só há dois anos e nunca tinha trabalhado em nenhum outro seguimento da cadeia produtiva leiteira. Mas, seu pai já trabalhou como vaqueiro e ele não lembra se essa profissão do pai tinha vínculo empregatício. O Ajudante não trabalha com a carteira assinada, ou seja, está na informalidade há dois anos.



**Imagens 09 e 10.** Ajudante desempenhando sua função de recolher os tambores de leite para cima da caminhonete e organizá-los.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

O Ajudante é responsável pela higienização e organização dos tambores, pois precisa depositar diariamente a quantidade exata de tambores para cada propriedade, recolhendo e repondo cada estoque. O Ajudante auxilia também o motorista na abertura das cancelas ao longo do caminho, para agilizar o percurso. Após a realização da entrevista com o Ajudante, foi a vez de entrevistar o Motorista, ele pareceu um pouco incomodado com as perguntas, mas respondeu a todas as questões.

Qual a sua idade? *33.* Função? *Motorista.* Quanto tempo trabalha nessa função? *13 anos.* Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Já trabalhei.* Qual era sua função? *Já trabalhei de vaqueiro, mas em laticínio não.* Trabalhava de carteira assinada? *Não.* E hoje você trabalha de carteira assinada? *Sim.* Quantos litros de leite você transporta? *Hoje? É 1.500 litros de leite.* (MOTORISTA, 2018, meus destaques)

Essa rota é administrada por um atravessador, ou seja, o responsável pela rota, pela compra do leite dos produtores e pela revenda do produto para o laticínio. O dono dessa rota é proprietário de uma das fazendas que fica nesse percurso do Cento Zezinho. E como ele não pode administrar todas as suas propriedades, pois ele tem muitas outras, passa essa função de organização para o motorista que faz todo esse trabalho. Além de desempenhar a função de motorista, também administra a rota. Como podemos identificar na entrevista, ele está nessa função há 13 anos e é um homem de confiança do patrão e das pessoas que o encontram pela rota. E consegue a amizade das pessoas ao se aproximar, comprando, por exemplo, coisas que

oferecem a ele. Sua função é dirigir a caminhonete e controlar a quantidade e qualidade de leite que está sendo coletada. Ele já trabalhou como vaqueiro, na informalidade, mas há treze anos não trabalha mais.



**Imagens 11 e 12:** Na primeira imagem o Motorista está verificando a quantidade e a qualidade do leite por meio de uma régua própria para essa função. Na segunda figura mostra as dependências da fazenda 01.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

Há uma hierarquia profissional dentro da cadeia produtiva leiteira do município que interfere diretamente dentro da formalização e da execução dos mínimos direitos dos trabalhadores. Diferentemente dos trabalhadores dos laticínios, que são respaldados com um processo rigoroso de fiscalização, esses trabalhadores, que não possuem vínculos de formalidade com uma empresa, estão sujeitos a não ter o mínimo de direitos trabalhista, embora tenham direito à oficialização do cargo na carteira de trabalho, como é o caso do Ajudante, que não possui carteira assinada e não recebe salário mínimo. Como sua função é “menos” importante dentro do processo de hierarquia ele é mais afetado.

Consideramos desse modo, só podem ser diferenciadas uma das outras enquanto representarem quantidades maiores ou menores de trabalho; assim, por exemplo, um lenço de seda pode incorporar uma quantidade maior de trabalho que um tijolo. Mas como são as medidas as *quantidades de trabalho*? Pelo *tempo que dura o trabalho*, computado este em horas, dias etc. Naturalmente, para aplicar essa medida, todos os tipos de trabalho são reduzidos a um médio, ou simples, considerando como a sua unidade. (ANTUNES, 2013b, p. 62)

Segundo o autor, há uma nítida divisão do trabalho que é uma realidade também da cadeia produtiva leiteira. O motorista, por não desempenhar um trabalho braçal como o Ajudante e por desempenhar outras funções para além da condução do veículo, como a

administração da rota, tem seus direitos trabalhistas em dia, como carteira assinada e ganha mais de um salário mínimo, embora o valor exato não tenha sido informado. Apesar de um ter seus direitos básicos garantidos e o outro trabalhador nem ter o mínimo, é indispensável pensar no processo de exploração que ambos estão inseridos. Levando-se em conta que iniciam a jornada de trabalho de madrugada, não têm hora para encerrá-la, às vezes podem sair no horário normal, que é cumprir oito horas trabalhadas, outras, é ultrapassada de forma absurda, é notório que não se cumpre o direito trabalhista.

### **4.3.3. Fazendas**

As visitas nas fazendas foram realizadas em consonância com o acompanhamento do setor de transporte, como mencionado no tópico anterior. Sendo Assim, o motorista mantém uma relação de proximidade e confiabilidade com os proprietários e os moradores que integram o Cento do Zezinho, facilitando a comunicação e a realização das entrevistas com essas pessoas. Os problemas enfrentados no acompanhamento do setor de transporte foram, a quebra do acordo de visitas, que duraria uma semana, e como consequência o empecilho que se teve de não poder observar as fazendas, visto que o motorista era o principal meio de comunicação. Para identificar essas fazendas iremos utilizar a numeração, pois não há uma autorização para identificar essas propriedades pelas suas nomenclaturas.

Assim acompanhei durante dois dias a realidade dessas fazendas, no primeiro dia de observação iniciamos as paradas pela fazenda 01. O curral dessa propriedade é bem grande se localiza na beira da estrada, e haviam dois vaqueiros fazendo a coleta do leite manualmente. Já na fazenda 02, há dois currais de médio porte e um vaqueiro em cada curral, que ficam próximos à casa dos vaqueiros. Na fazenda 03, as instalações do curral são bem maiores e aparentavam ser novas, ficavam longe da estrada e das casas da propriedade, e tinham em média de cinco a seis homens ajudando e fazendo a coleta do leite. Nesse dia eles atrasaram a coleta, e nós tivemos que esperar um pouco para que eles finalizassem o trabalho. No restante das propriedades, ou seja, nas fazendas 04, 05, 06, 07 e 08, não foi possível realizar um contato com os vaqueiros e nem com os currais, pois a partir das 08h00min já estão desempenhando outras funções e deixando os tambores de leite na estrada. Vi alguns desses vaqueiros na hora em que o motorista fazia a entrega do recibo da quantidade de leite captado naquele dia. Alguns, para não terem mais essa tarefa, fazem uma espécie de caixa de garrafa pet onde o motorista

deposita os recibos e eles só coletam depois. Na volta para o laticínio encontramos os vaqueiros da fazenda 01 desempenhando outra função, após a retirada do leite, começaram a fazer outra tarefa, o conserto de uma das cercas que prendem o gado.

No segundo dia de visita a campo, iniciei o processo de entrevistas com os vaqueiros tendo como base as mesmas perguntas que foram feitas ao Ajudante e ao Motorista, mas com adaptações para dar conta da realidade dos vaqueiros. A ideia seria ter um contato também com os proprietários das fazendas, entretanto, é muito raro encontrá-los em suas propriedades, pois deixam a cargo de um gerente ou do próprio vaqueiro todas as tarefas da fazenda, assim como, a vigilância da mesma. Porém, no dia da visita encontrei um pequeno produtor e consegui uma entrevista com ele. A partir da dificuldade de encontrar todos os vaqueiros nas propriedades, só foi possível realizar as entrevistas com quatro vaqueiros que estavam nas fazendas visitadas.

As entrevistas se iniciaram na fazenda 01, posteriormente na fazenda 02, e após com proprietário da fazenda 04. Assim como ocorreu no setor do transporte, os vaqueiros não autorizaram a utilização dos seus nomes, portanto, vamos identificá-los como vaqueiro 01, 02 e assim por diante. Não foi possível realizar entrevistas em todas as propriedades, pois quando chegávamos às propriedades os vaqueiros não estavam mais tirando leite, nem estavam no curral, só encontrávamos os tambores de leite, devido ao fato deles estarem desempenhando outras funções. Essas entrevistas eram curtas para não atrapalhar a produção dos vaqueiros e nem do pequeno produtor.

A profissão de vaqueiro é uma realidade que sempre estive no campo maranhense e nem sempre teve a mesma configuração e o desempenho das mesmas atividades Cabral (2008, p. 108) destaca essa profissão nos sertões de Pastos Bons:

O trabalho de vaqueiro era pago em espécie, recebendo um quarto da produção de cinco em cinco anos. Atualmente essa forma de pagamento ainda persiste na maioria das fazendas da região, mudando-se apenas o prazo que hoje é anual. Suas tarefas eram árduas e numerosas, consistindo em acompanhar o rebanho nos pastos, amansar os bezerros, cuidar individualmente das vacas paridas, matar animais nocivos e cuidar das doenças acometiam a gadaria. Tinha ainda que queimar, parte por parte, os campos, em tempo próprio, a fim de que pudessem brotar viçosos e ricos os pastos secos, como ainda acontece hoje.

A fazenda 01 possui dois vaqueiros que fazem o procedimento de extração do leite de forma manual. Essa fazenda é de grande porte e na rota do Cento do Zezinho é uma das que

produz mais leite. Segundo os vaqueiros, na época de veraneio eles conseguem extrair 300 litros de leite por dia:

Qual a sua idade? 22. Função? *Tirar o leite e olhar aí o gado no pasto.* Quanto tempo trabalha nessa função? *Um ano e dois meses.* Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Não.* Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? *Já, o pai mesmo.* Qual a função deles (as)? *Vaqueiro.* Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? *Não.* E você trabalha de carteira assinada? *Não.* Quantos litros de leite você tira por dia? *150 litros.* Só você? *Sim.* (VAQUEIRO 01, 2018, meus destaques)

Qual a sua idade? 22. Função? *Vaqueiro.* Quanto tempo trabalha nessa função? *Sem ser aqui profissionalmente? Pode botar aí uns 10 anos.* Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Não, só como vaqueiro.* Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? *Como vaqueiro? Quase tudo, meus irmão tudim. O pai não.* Qual a função deles (as)? *Vaqueiros.* Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? *Não.* E você trabalha de carteira assinada? *Hum rum...* Quantos litros de leite você tira por dia? *No inverno é 200, agora é 150.* Só você? *Sim.* Na mão mesmo? *Sim.* (VAQUEIRO 02, 2018, meus destaques)

Através dessas entrevistas é possível identificar que ambos os vaqueiros são jovens e desempenham as mesmas funções, que é a extração de leite, como muito bem pontuou o Vaqueiro 01, precisam também cuidar do gado no pasto. Em se tratando do tempo que os dois desempenham a função de vaqueiro, o primeiro diz que só está há um ano e dois meses, o Vaqueiro 02 relata que antes de encarar isso como profissão, já retirava leite há uns dez anos, ou seja, desde os doze anos de idade lida com a extração do leite. Eles declararam que não desempenharam outra profissão dentro da cadeia produtiva, e que os seus familiares tiveram contato com a produção leiteira. O primeiro disse que o pai foi vaqueiro e o segundo pontua que todos os irmãos foram ou são vaqueiros, mas que seu pai nunca foi. A partir dessa primeira parte é evidente que eles sempre estiveram ligados a atividade leiteria, desde suas infâncias, tendo um contato distante ou próximo, e por já desempenhar funções dentro das fazendas. Nas **imagens 13 e 14** é possível identificar o vaqueiro no processo de extração do leite. Eles iniciam essa coleta durante a madrugada, a partir das 03h00min, e quando a gente passa às 05h00min eles ainda estão coletando e vão terminar por volta das 08h00min ou 09h00min da manhã.



**Imagens 13 e 14:** Curral da Fazenda 01, nesse momento os vaqueiros estão com as vacas e os bezerros no curral, para realizar o processo de extração do leite.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

Quando eu pergunto sobre a oficialização da profissão por meio da carteira assinada o Vaqueiro 01 diz que não tem carteira assinada e Vaqueiro 02 responde com *hum... rum...*. O primeiro foi direto ao dizer que não, já o segundo com esse *hum... rum...*, aponta uma incerteza sobre se ter ou não a carteira assinada. Levando-se em conta a realidade da informalidade do trabalho, nesse setor da produção leiteira, fica impossível acreditar que exista essa oficialização. A quantidade de leite que os dois vaqueiros extraem de forma manual é bem assustadora, apesar de terem a prática, com certeza esse método simples de extração e a quantidade que precisam desempenhar durante a coleta ultrapassa os limites físicos desses trabalhadores, e é mais um elemento que integra essa informalidade e precariedade desse setor.

Nas bases do sistema de trabalho assalariado, o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer; e, como os diferentes, ou seja, exigem para sua produção distintas quantidades de trabalho, necessariamente têm de ter preços diferentes no mercado de trabalho. Reivindicar uma *retribuição igual*, ou simplesmente uma *retribuição equitativa*, na base do sistema de trabalho assalariado, é o mesmo que pedir *liberdade* na base do sistema escravocrata. (ANTUNES, 2013a, p. 72-73, destaques do original)

Esse cenário da informalidade trabalhista no campo é a demonstração de como o trabalho é de fato uma mercadoria e dependendo de quem desempenha os diferentes trabalhos essas remunerações vão ser sempre diferenciadas. Assim como a realidade dos Vaqueiros 01 e 02, desempenham as mesmas funções, mas segundo a entrevista só um tem seus direitos básicos

garantidos e o outro não, fazendo com que a realidade de retribuição equitativa se torne uma perspectiva distante.

Qual a sua idade? 28. Função? *Vaqueiro*. Quanto tempo trabalha nessa função? *Tem uns 12 anos*. Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Não, só como vaqueiro*. Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? *Já, até hoje, meus irmãos*. Qual a função deles (as)? *Vaqueiros*. Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? *Não*. E você trabalha de carteira assinada? *Hum rum...* Quantos litros de leite você tira por dia? *Agora tá dando 100 litros*. Só você? *Sim*. Na mão mesmo? *Sim*. (VAQUEIRO 03, 2018, meus destaques)

Qual a sua idade? 21. Função? *Vaqueiro*. Quanto tempo trabalha nessa função? *Rapaz...desde que nasci, de uns 10 anos indiante, sempre mexi com fazenda*. Já trabalhou em outras funções dentro da cadeia produtiva leiteira? *Não, só como vaqueiro*. Alguém da família já trabalhou na cadeia produtiva leiteira? *Lá de casa é todo mundo trabalhando nessa profissão*. Qual a função deles (as)? *Vaqueiros*. Eles (as) trabalhavam de carteira assinada? *Sempre*. E você trabalha de carteira assinada? *Hum rum...* Quantos litros de leite você tira por dia? *Tá dando 100 litros, no inverno dá 150 ou 200*. Quais as tuas funções aqui? *Tirar leite, olhar gado na manga, salgar cocho, cerca quando quebra a gente vai arrumar esse tipo de coisa*. (VAQUEIRO 04, 2018, meus destaques)

As perguntas poderiam ser reformuladas a partir do método utilizado, conforme as receptividades das pessoas que estavam sendo entrevistadas. No primeiro momento de entrevistas com os Vaqueiros 01 e 02, as perguntas foram de forma objetiva e sem muita abertura para perguntas adicionais, o que se justifica pelo fato de estarem no momento de trabalho e qualquer imprevistos poderia ocasionar uma queda da produção prejudicando assim a meta de 300 litros de leite por dia. Na fazenda 02 a entrevista com os Vaqueiros 03 e 04 foi realizada. O primeiro foi mais objetivo e o segundo proporcionou respostas mais elaboradas. Os dois são jovens, um com 28 anos e o outro com 21 anos. Assim como os outros, sempre estiveram ligados ao ambiente das fazendas, desde crianças, as famílias fazem parte desse cenário, e consequentemente eles também. Um afirma que a família trabalhava na informalidade e outro diz que a sua sempre trabalhou na formalidade, mas quando respondem se eles trabalham com a carteira assinada eles dizem *Hum... rum...* Essa resposta dispensa declarações mais claras, pois pela resposta infere-se que não trabalham na formalidade. Todas essas respostas incertas de não dizer sim ou não, pode ter surgido pelo fato do motorista estar sempre próximo no momento da entrevista. Sendo esses vaqueiros são funcionários do patrão do motorista, então, qualquer “deslize” que eles cometessem poderiam ser denunciados. Antunes (2013a, p.89, destaques do original) destaca como o sistema capitalista de produção altera a vida do homem, que agora precisa se dedicar exclusivamente no seu trabalho e no

desenvolvimento produtivo, então, se o trabalhador não cumpre os seus horários ele é preguiçoso e improdutivo, e isso não é interessante para os patrões:

O tempo é o espaço [room] do desenvolvimento humano. O homem que não disponha de nenhum tempo livre, cuja vida – afora as interrupções puramente físicas, do sono, das refeições etc. – esteja toda ela absolvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e brutalizada intelectualmente, para produzir riqueza outrem.

Em uma conversa informal o motorista disse que uns desses vaqueiros não estavam desempenhando suas funções direito, estava acordando tarde e demorando para tirar o leite, e além disso, estava maltratando os animais. E que por isso, iria dizer sobre esses “deslizes” ao proprietário da fazenda, por também essas coisas não terem ocorrido só naquela fazenda, mas em outras também. Diante disso, percebe-se que estão sendo monitorados o tempo todo, mesmo o proprietário não estando presente.



**Imagens 15 e 16:** Os vaqueiros estão fazendo o processo de extração do leite. Eles usam um banquinho com uma perna, amaram as pernas das vacas, encaixam o balde entre as pernas e começam a tirar o leite.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

Por meio das visitas nas fazendas que foram conduzidas por entrevistas realizadas com alguns dos vaqueiros, que relataram a realidade das propriedades, supõe-se que a rota do Cento do Zezinho é majoritariamente composta somente por grandes proprietários e grandes produtores de leite.

Como já relatado aqui, não foi possível conhecer todas essas fazendas, e as pessoas que integram, fato que impossibilitou uma visão geral.

Ademais, no segundo dia tivemos um contato com a fazenda 04, onde entramos na propriedade graças a encomenda de madeira que o motorista tinha. Nesse momento ele falou que eu poderia entrevistar o dono da fazenda, pois é uma pessoa receptiva. E me deparei com uma pequena propriedade, uma casa simples em relação às sedes das grandes fazendas que havia visitado, conversei com a esposa do proprietário e ela de forma bem simpática disse que ele estava no curral. Enquanto os trabalhadores descarregavam a caminhonete, eu fui ao curral e me deparei com um simples curral, diferente daqueles enormes que eu havia conhecido nas outras fazendas, falei com o dono da fazenda sobre a pesquisa e ele concordou em responder o questionário.

*Qual a sua idade? 67. O senhor é o dono da fazenda? Sou dono da propriedade, é ruim botar gente pra trabalhar aqui porque é ruim pros meus meninos. Quanto tempo o senhor está na fazenda? Aqui tem cinco anos. Mas sempre trabalho com isso? Só com terra mesmo, com roça. Já trabalhou com em outras funções da produção leiteira? Laticínio eu trabalhei só dois meses e assinei a carteira dois meses na aposentadoria não deu problema. Só foi pra chafurdar a carteira. Alguém da sua família trabalhou com a produção leiteira? Filho meu já trabalhou em firma, e minha filha é doméstica. Meu menino já trabalhou de carteira assinada. Quantos litros de leite você tira por dia? 55 e 60 litros de leite agora abaixou, eu tiro o leite vou mexer numa coisa e uma cerquinha um servicinho em casa, prendo os bezerros duas horas. (PRODUTOR, 2018, meus destaques)*

Essa rota do Cento do Zezinho como as outras não são compostas somente pelas grandes propriedades, existem aqueles pequenos produtores que fazem parte e contribuem de forma mais reduzida para a produção leiteira. Esse proprietário é um senhor que sempre trabalhou com a terra e com roça, mas que teve outras experiências fora da realidade do campo. Relatou que isso atrapalhou o processo de aposentadoria como trabalhador rural. A sua pequena propriedade é administrada por ele e todo o trabalho é que desempenha, a quantidade de leite que consegue extrair é bem inferior as outras grandes propriedades. Revelou que os números de produção na época do inverno são maiores, mas no dia da visita só tinha um tambor com leite, ou seja, ele tinha extraído somente 50 litros de leite.

Essa não é uma realidade que interessa a cadeia produtiva leiteira que precisa cada vez mais de grandes produções, sendo assim, o pequeno produtor não interessa aos grandes laticínios, pois preferem que vendam essas pequenas quantidades para as grandes fazendas, que consequentemente terão uma produção mais elevada.

É nesse processo que podemos observar o estranhamento do trabalhador com aquilo que ele produz, mesmo produzindo de forma reduzida, eles colocam a venda essa pequena produção para os grandes produtores, em vez de vendê-las para o consumo familiar.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que, quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem para consumir; que, quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (ANTUNES, 2013a, p. 144)

O pequeno produtor conta com orgulho que o filho já trabalhou em uma firma e que foi de carteira assinada. Esse meio de formalização é bem vista dentro do município, se a pessoa trabalha de carteira assinada ela é bem sucedida e importante, e se ela trabalha em uma firma, isso se torna muito melhor. Porém, essas firmas costumam ser temporárias no município. Outra questão levantada pelo produtor é que ele não possui funcionários por causa dos seus filhos. A ideia de propriedade familiar é mantida por ele, pois existe um receio de que os filhos não consigam ser bem sucedidos nos seus empregos na cidade, e precisem voltar para a casa do pai. E na concepção dele é preciso que tenham uma forma de sustento garantido, e essa propriedade é o local de segurança dessas famílias.



**Imagem 17.** Pequeno produtor da fazenda 04 exibindo a sua produção de leite.

**Fonte:** Acervo da autora (2018).

Toda essa configuração aqui apresentada da cadeia produtiva leiteira, desde os laticínios até as fazendas demonstram algumas especificidades desse setor, principalmente a

partir da industrialização. Cada parte da cadeia produtiva tem sua forma de organização e de desempenho nas relações de trabalho.

Entretanto, há uma unidade que integra toda a cadeia produtiva e que está presente na maior parte dela, a informalidade, ela está presente no setor do transporte e nas fazendas, não há como afirmar que ela existe nos laticínios, pois não houve o contato com seus trabalhadores. Mas, como é realidade de quase toda a cadeia produtiva, não deve ser uma coisa distante dos laticínios, que apesar das fiscalizações constantes, pode ter trabalhadores formais, para cumprir com as fiscalizações e outros informais para dobrar a produtividade com menos custos. Porque, a maioria dos trabalhadores que não tinham carteira assinada, também não recebiam salário mínimo, recebiam um valor acordado com seus patrões, assim como também não possuem equipamentos de segurança para todas as atividades perigosas, como é caso do ajudante do motorista. A jornada de trabalho não definida nas fazendas é outro caso.

Todos esses fatores contribuem para a concretização da informalidade e precariedade nas relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O resgate histórico sobre a constituição do Sul do Maranhão, como polo pecuarista em constante reafirmação, desde as correntes pecuaristas que se iniciam nos sertões dos Pastos Bons até os dias de hoje, se faz importante. Dessa forma, foram destacados os domínios econômicos de São Francisco do Brejão, que são fundamentais para o processo de efetivação da produção leiteira no município. Toda essa configuração é de suma importância para compreender essa economia pecuarista e conseqüentemente como ela vai lidar com as relações de trabalho.

Como atividade econômica, nunca mediu esforços para o desenvolvimento produtivo, embora por meio de invasão das terras indígenas, de grilagem de terras e de exclusão dos pequenos produtores, através da industrialização do setor. E tudo isso vai ser decisivo nas relações de trabalho em cada uma dessas etapas.

Em São Francisco do Brejão vamos identificar três tipos de cadeias produtivas ao longo do desenvolvimento da pecuária leiteira, e assim delimitar também suas relações de trabalho. A primeira vai ocorrer a partir da produção familiar, e assim as atividades, na maioria das fazendas, vão ser desempenhadas pelas próprias famílias, ou seja, não vai haver uma

profissionalização. Na segunda etapa vamos ter o início das produções de leite e seus derivados nas fazendas, comunidades rurais e na sede do município, em pequenas fábricas de beneficiamento. Nessa etapa, já é possível identificar uma profissionalização em alguns setores da pecuária leiteira, mas não de forma significativa. A terceira etapa vai se destacar pelo processo de industrialização da pecuária leiteira, por meio de uma centralização do setor, ou seja, os pequenos produtores vão ser impossibilitados de produzir, redirecionando assim sua produção de leite aos grandes laticínios. Esses pequenos produtores vão ser proibidos, através de normativas do estado, de produzir queijo e outros derivados para comercialização. Os familiares desses pequenos proprietários vão ser obrigados a se inserir no mercado de trabalho da produção leiteira, ou em outras profissões fora do município

A realidade do mundo do trabalho na cadeia produtiva leiteira vai ser bem diferente da que esses trabalhadores estavam inseridos. A partir de agora eles vão ter uma jornada de trabalho sem hora específica para acabar, uma meta de produção diária, um salário fixo, que em alguns casos, não vai seguir o valor estipulado pelo piso nacional, entre outras normativas. Como essa atividade é a que gera os maiores números de postos de trabalho no município, ela automaticamente vai monopolizar essas vagas de emprego e ditar as condições de trabalho. Essa é a configuração da produção leiteira, um sistema produtivo que é fortalecido através da exploração dos trabalhadores, por meio principalmente do trabalho informal, precário e exaustivo que não garante os direitos básicos aos seus trabalhadores, como um salário mínimo, jornada de trabalho regular (08 horas), carteira assinada, segurança e boas condições de trabalho.

Segundo Antunes (2013a), sem dúvida, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. A inquietação sobre a “Capital do Leite” foi respondida, em meio a grandes fazendas. As enormes casas (sedes das fazendas), as admiráveis instalações dos currais, estavam também jovens envelhecidos de tanto se exporem ao sol, ao ficarem em cima dos carros dos leites. Fato comprovado por um dos trabalhadores que relatou “batendo tambor”, os vaqueiros com as mãos calejadas fazendo o possível para cumprir a meta do dia para ir descansar em casa e logo depois levantar para prender os bezerras, porque no outro dia tudo iria se iniciar novamente. Atrás dessa “Capital do Leite” existe um mau cheiro que vem diariamente dos laticínios, devido ao lançamento de soro nos riachos e um

soro que polui nossos riachos. Ao mesmo tempo em que cada um desses trabalhadores contribui para que a “Capital do Leite” se mantenha intacta, eles contribuem para o seu desmantelamento, tanto físico quanto ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A. **Indústria de laticínios: organização do trabalho e qualificação.** Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 16 (2): 277-287, dez. 2008.
- ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa.** São Luís: Edufma, 2008.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A dialética do trabalho.** V. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **A dialética do trabalho.** V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.
- \_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- BARROS, E. **Eu, Imperatriz. Imperatriz: memória e registro.** Imperatriz: Ética, 1995.
- CABRAL, S. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão.** 2. Ed. São Luís: Edufma, 2008.
- CARNEIRO, J. **Modernização da produção leiteira e seus impactos na agricultura familiar.** VII jornada internacional de políticas públicas. São Luís – MA, 2015.
- COUTINHO, M. **Imperatriz: subsídios para a história da cidade.** São Luís: Sioge, 1994.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. EMBRAPA Gado de Leite. **Estatísticas do leite.** 2011. Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br/nova/informacoes/estatisticas/producao/producao.php>>. Acesso em: 12 de agosto, 2018.
- FRANKLIN, A. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz.** Imperatriz/MA: Ética, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Breve história de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2005
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, (2004-2016).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção de Leite Fluido de Vaca (produtividade regional).** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – Vol II.** São Paulo: Boitempo: 2013.
- MACHADO, K. B. **A dinâmica das transações na cadeia produtiva do leite: uma análise das relações entre produtor, indústria e governo.** 146f. : il. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Goiás. 2014.
- MARX, K. ENGELS, F. **Textos Volume II.** Edição especial para editora alfa-omega, ltda. São Paulo, 1976.
- MINAYO, M. **Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

MORENO, S; PIMENTEL, R. **Uma análise da formação econômica do território maranhense através da agropecuária**: um olhar acerca da origem e desenvolvimento da pecuária no estado. XX encontro nacional de geografia agrária. Uberlândia – MG, 2012.

PEREZ, R. **Uma análise exploratória da competitividade e agregação de valor da cadeia produtiva de carne bovina no Brasil, com ênfase no segmento de abate e processamento**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Alimentos) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000295932>>. Acesso em 02 de Fevereiro, 2018.

PRADO, C. J. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SALAZA, S. **Centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade**. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13786@1](https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=13786@1)> . Acesso em: 24 de Agosto, 2017.

VELOSO, F; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. **Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973)**: uma análise empírica. V. 62 n. 2 / p. 221–246, Abr-Jun. Rio de Janeiro, 2008.